


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

IAGO DAVID MATEUS

ENTRE CONCERTOS E DESCONCERTOS: DICIONÁRIOS DE
LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS EM (DES) COMPASSO
COM O CAMPO LEXICAL DA MÚSICA



ARARAQUARA – SP
2017

IAGO DAVID MATEUS

**ENTRE CONCERTOS E DESCONCERTOS: DICIONÁRIOS DE
LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS EM (DES) COMPASSO
COM O CAMPO LEXICAL DA MÚSICA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à disciplina “Monografia de Conclusão de Curso”, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras, habilitação em Português-Francês, pela Faculdade de Ciências e Letras-UNESP/Araraquara.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti
Bolsa: CNPq/ PIBIC (Reitoria)

ARARAQUARA – SP
2017

Mateus , Iago David Entre concertos e
desconcertos: dicionários de línguas indígenas
brasileiras em (des) compasso com o campo lexical da
música / Iago David Mateus - 2017 73 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Letras) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti

1. Léxico . 2. Dicionários . 3. Línguas indígenas .
4. Música .

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

IAGO DAVID MATEUS

ENTRE CONCERTOS E DESCONCERTOS:
DICIONÁRIOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS
EM (DES) COMPASSO COM O CAMPO LEXICAL DA
MÚSICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Letras, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Letras, habilitação em Português-Francês.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti
Bolsa: CNPq/ PIBIC (Reitoria)

Data da defesa/entrega: 24/01/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Profa. Dra. Denise Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Profa. Ms. Priscilla Alyne Sumaio
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Não estou convicto de que mencionarei explicitamente todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram para a execução deste trabalho. Assim, peço desculpas aos que fizeram parte de minha trajetória, mas não tiveram aqui seus nomes mencionados.

Primeiramente, agradeço ao amor, cuidado e dedicação de minhas mães terrenas, Tatiana de Oliveira Mateus, Maria Helena Gonçalves e Liliana Oliani Rotondo, sem as quais nada em minha vida teria sido possível.

Aos meus colegas e amigos de graduação, sobretudo: à saudosa Gabriela Weterich (*in memoriam*), à Larissa Bueno, Mariana Rodrigues, Andrea Cristina Quadrado, Carlos Henrique Rodrigues, Caio Francisco Comelli, Débora Kleine Vitta, Letícia Gonçalves (vulgo “Verônica”), Tayná Gonçalves Miranda, Marianna Beatriz Henrique, Daniella Ciarrocchi, e Thainá Ferreira, pela amizade sincera e pelos momentos compartilhados; à Viviane Moura Rente e Letícia Thurler de Campos Marques pelos *buon giorni* diários, que certamente animavam e muito minhas manhãs (a esta última quero agradecer também por ter me apresentado a um projeto tão louvável quanto o PLE); à Valéria da Silva Nogi, Raíssa Adorno de Oliveira e José Ricardo Bueno da Silva, meus três primeiros alunos, pela participação durante as aulas do minicurso de francês e pela paciência que tiveram com relação à minha inexperiência; à Ingrid Naka Nagao e Nerian Souza Macedo pelo exemplo de como arrasar nos looks para ir à faculdade; às minhas veteranas Flávia Monteiro e Ligia Franciscati pelas orientações na realização de provas e trabalhos; à Marisa Maura Guimarães Silva e Gisele Zorzeto Viani pela companhia nas milhares de disciplinas optativas e nas sextas-feiras musicais; à minha cara amiga Ana Huang, pelas aulas de línguas orientais, pelos animes, pelos sorrisos, confissões e pelas angústias compartilhadas e à Larissa Gonçalves Miranda pelas aulas de flauta, pelos duetos e por ter sido a primeira a idelizar este projeto.

A todos os meus professores, dos quais gostaria de destacar alguns nomes. Em especial, a Profa. Dra. Edvanda Bonavina da Rosa e ao Prof. Dr. Evandro Luis Salvador, por terem me apresentado ao fantástico mundo clássico; aos docentes do departamento de línguas modernas, mais especificamente aos professores de italiano (como o Prof. Dr. Hilário Antonio Amaral e o Prof. Dr. Ivair Carlos Castelan) que a mim ministraram muitas aulas pelos corredores do campus e aos da área de Francês (língua estrangeira), sobretudo pelo apoio e condução durante o aprendizado desse idioma tão encantador; e as Profas. Dras. Angélica T. do C. Rodrigues, Gladis Massini-Cagliari e Rosane de Andrade Berlinck. À primeira das três docentes anteriormente citadas, agradeço por ter me possibilitado uma primeira experiência com a área da pesquisa acadêmica. Já com relação às outras duas, sou grato por terem despertado em mim, durante suas aulas, uma grande curiosidade e ânsia por desenvolver estudos na área da Linguística.

Agradeço ao CNPq/ Pibic (Reitoria) pelo apoio e pela bolsa fornecidos durante a pesquisa e também as considerações de todos os avaliadores dos Congressos de Iniciação Científica dos quais participei apresentando minha iniciação científica que, sem dúvida, contribuíram e muito para a aprimoramento de minhas análises acerca de meu corpus de estudo.

E, por último, mas certamente uma das mais importantes, agradeço pela atenção, dedicação e por todos os ensinamentos da Profa Dra. Cristina Martins Fargetti, a quem chamo de orientadora, mas que na verdade foi mais que uma mãe acadêmica que sempre me incentivou e, por vezes, acreditou em meu potencial mais do que eu mesmo.

“Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio teria despido
O português.”

Oswald de Andrade (1976, p.35)

RESUMO

A despeito do aumento na qualidade e quantidade dos atuais estudos científicos sobre as populações indígenas, a área do léxico ainda carece de trabalhos embasados em um número considerável de dicionários e maiores que uma simples lista de palavras. A fim de superar tal carência e analisar de que maneira o campo semântico da música era abordado em obras sobre o léxico, montou-se um corpus com 32 propostas lexicográficas de línguas indígenas brasileiras que foram lidas em sua totalidade, buscando por elementos musicais nos verbetes (nas entradas, nas frases-exemplo e/ou nas remissivas). A seguir, tais elementos foram salvos na forma de imagem em pastas identificadas pelos nomes das suas línguas de origem e, posteriormente, digitados em planilhas do Excel. Todas essas tabelas englobam uma grande base de dados, que será alimentada ainda com outras pesquisas científicas do Grupo de Pesquisa em Línguas Indígenas Brasileiras (Linbra). Ou seja, a presente monografia constitui-se de uma análise metalexigráfica de tais “dicionários”, na medida em que ela procura averiguar não só se (e de que maneira) neles estão presentes as realizações possíveis da música dos povos indígenas tematizados, mas também se os lexicógrafos conseguiram chegar a abstrações, alcançando os significados de determinada realização no sistema musical do povo em estudo.

Palavras-chave: léxico, línguas indígenas, dicionários, música.

RÉSUMÉ

En dépit de l'augmentation dans la qualité et dans la quantité d'actuels études scientifiques sur les peuples indigènes, le champ du lexique a encore besoin des travaux basés sur un nombre considérable de dictionnaires et qu'ils soient plus grands qu'une simple liste de mots. Afin de remplir cette lacune et d'analyser comment le champ sémantique de la musique était abordé dans des oeuvres sur le lexique, on a compilé un corpus avec 32 propositions lexicographiques de langues indigènes du Brésil qui ont été lues dans sa totalité, en cherchant d'éléments musicaux dans les articles (dans les entrées, dans les phrases-exemple et/ou dans les remissions). Puis, ces éléments ont été sauvegardés comme des images dans des serviettes identifiées par des noms des ses langues d'origine et, ensuite, ils ont été tapés dans des tableurs de l'Excel. Tous ces tableaux composent une grande banque de données, qui sera encore alimentée par d'autres recherches scientifiques du Groupe de Recherches dans de Langues Indigènes du Brésil (LINBRA). C'est-à-dire, cette monographie se constitue d'une analyse métalexicographique de ces « dictionnaires », parce qu'elle essaye de vérifier non seulement si (et comment) ils présentent les réalisations possibles de la musique des peuples indigènes abordés, mais aussi si les lexicographes ont réussi à arriver aux abstractions, aux significations d'une réalisation donnée dans le système musical du peuple étudié.

Mots-clés: lexique, langues indigènes, dictionnaires, musique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Exemplo de categoria tradicional	13
Figura 2	Categoria dos mamíferos de um ponto de vista cognitivo	14
Figura 3	Exemplo de registro elementos reincidentes	39
Figura 4	O lexema voar	41
Figura 5	Exemplo de registro de subentradas	42
Figura 6	Exemplo de registro de subentradas	42
Figura 7	Exemplo de casos de polissemia	42
Figura 8	Exemplo de registro de polissemia	42
Figura 9	Exemplo de “lista de palavras”	45
Figura 10	Primeira ocorrência do elemento “apito”	45
Figura 11	Segunda ocorrência do elemento “apito”	45
Figura 12	Terceira ocorrência do elemento “apito”	46
Figura 13	Questões que podem desmerecer a imagem do indígena	46
Figura 14	Exemplo de verbete com sentido dúbio	47
Figura 15	Exemplo de verbetes com sentido dúbio	47
Figura 16	Alguns instrumentos musicais	48
Figura 17	Alguns instrumentos musicais	48
Figura 18	Alguns instrumentos musicais	48
Figura 19	Os verbetes do Vocabulário dos índios Umutina	49
Figura 20	Escassez de informações	50
Figura 21	Exemplo de verbete	50
Figura 22	Exemplo de verbete	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
IC	Iniciação Científica
LINBRA	Grupo de Pesquisa de Línguas Indígenas Brasileiras
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
TE	Terminologia Etnográfica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ESTUDOS DE LÍNGUAS E DE CULTURAS INDÍGENAS: ENTRE O DESREIPEITO E O DEBATE CIENTÍFICO	12
3 APORTE TEÓRICO	24
4 METODOLOGIA DE TRABALHO	37
5 ANÁLISE DOS DADOS	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	59
APÊNDICES	67
APÊNDICE A - Questionário para análise dos dicionários e anotações preliminares	68
APÊNDICE B - Obras lexicográficas lidas e analisadas	69
APÊNDICE C - Exemplo de recorte de verbetes referentes à música	71

1 INTRODUÇÃO

Este texto é um dos resultados das investigações e considerações desenvolvidas durante o projeto de Iniciação Científica “Elementos musicais em obras lexicográficas” (por nós realizado de setembro de 2014 a setembro de 2016), cujos objetivos principais abarcaram não só a coleta, em um número considerável de propostas lexicográficas, de elementos referentes ao campo semântico da música indígena, como também a análise crítica de tais obras, de modo a averiguar a maneira pela qual elas abordam tal campo semântico específico.

A escolha deste escopo deveu-se às constatações de lacunas no estudo científico de elementos relativos à cultura indígena de modo geral e de fatores sócio-históricos (como a diminuição do número de autóctones, e conseqüente redução dos indígenas que ainda falam fluentemente a língua de seu povo) que põem em risco a divulgação dos saberes e práticas de populações que recortam o mundo de maneira diferente da sociedade na qual estamos inseridos.

Pretendeu-se também contribuir com a montagem de um banco de dados mais amplo que poderá ser útil a pesquisas futuras e possibilitará uma comparação do léxico entre as línguas indígenas pesquisadas. Tal banco de dados (ainda em desenvolvimento) abrangerá os resultados da coleta de outros projetos do Grupo Linbra (do qual fazemos parte), que também trabalham com a análise de obras do léxico de idiomas indígenas, mas com temas como frutas comestíveis, cultura material, termos de parentesco e cosmológicos.

Em outras palavras, se, por um lado, os objetivos gerais desta monografia compõem-se pela elaboração de uma análise crítica de obras referentes ao léxico de línguas indígenas brasileiras, enfocando-se o campo semântico da música; por outro, de modo mais específico, pretendeu-se chegar ao desenvolvimento de investigações no campo da Lexicografia que preenchessem as lacunas de propostas lexicográficas menores que (ou equivalentes a) uma simples lista de palavras e de pesquisas da área embasadas em um número limitado de dicionários.

Ainda com relação aos objetivos específicos, é necessário apontar mais dois pontos. O primeiro trata-se da tentativa de se ter estabelecido um diálogo com a pesquisa de nossa orientadora “Uma proposta de obra lexicográfica para os juruna/yudjá do Xingu” (dentro da qual nosso projeto se insere), discutindo algumas questões como, por exemplo, se os termos para os instrumentos musicais apresentados pelos dicionaristas são adequados à função e significados que possuem na comunidade indígena em questão ou são apenas “traduções” genéricas e, até mesmo, errôneas. Já o segundo, diz respeito à montagem de um banco de

dados onde (por nós) foram alocados todos os elementos musicais coletados das obras de nosso corpus. Tal base terá um caráter multi-temático, na medida em que será alimentada com os resultados das demais pesquisas do Grupo LINBRA.

Para terminar estas considerações introdutórias, passemos a falar da estrutura desta monografia. Abaixo são listadas as motivações e justificativas da pesquisa, cujo embasamento teórico é apresentado na seção 3. Já a Metodologia de Trabalho é descrita na seção 4, antes da discussão dos resultados e das considerações finais. Há ainda três apêndices pospostos às referências e à bibliografia.

2 ESTUDOS DE LÍNGUAS E DE CULTURAS INDÍGENAS: ENTRE O DESREIPEITO E O DEBATE CIENTÍFICO

Nesta seção, buscamos compreender os vários desrespeitos sofridos pelos indígenas brasileiros, inserindo-os num fenômeno maior decorrente de uma tendência etnocêntrica de divisão do mundo em categorias estanques vistas como “corretas” - embora estas não dêem conta da total complexidade dos fatos naturais; isso com relação a diversas variações (linguísticas, de gênero, de fisionomia dos corpos humanos e/ou étnicas).

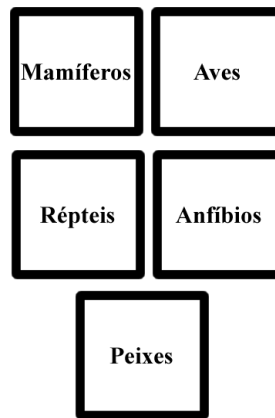
Além disso, comentam-se questões que justificam os estudos de índios brasileiros, principalmente no que concerne a sua *relevância social*, mas também *científica* (BERTO, 2010; CORBERA MORI, 2013; FERNANDES, 2015 e SEKI, 1999, 2000) e questões que motivaram o enfoque temático e desenvolvimento de nossa pesquisa.

Para começar, afirmamos que há certa tendência no homem a classificar negativamente o que considera diferente, ou aquilo que de alguma forma foge de seu controle, por ser desviante das categorias e padrões de “normalidade” que foram sendo construídos e implementados sócio-histórico-ideologicamente, como um desembocar do processo de categorização.

Tal processo de categorização pode ser descrito como uma conseqüência da capacidade humana de relacionar elementos por meio de analogias e agrupá-los nas mesmas categorias (ABREU, 2010). Um exemplo simples: o ser humano, no decorrer da história, foi percebendo semelhanças entre as várias espécies de gatos e criou uma categoria, uma única classe para agrupá-los, formando o conceito de GATO. Essa classe foi armazenada na nossa memória de longo prazo e é acessada assim que nos deparamos com algum de seus elementos para que possamos atribuir sentido a ele.

Claro que há critérios para determinar quais os elementos dessas classes. O problema é que, muitas vezes, tendemos a querer organizar o mundo em caixinhas e gavetas independentes. Nos moldes da ciência biológica de nossa sociedade atual, por exemplo, se por um lado, animais com pelos que mamam ao menos quando pequenos são tradicionalmente denominados de mamíferos; por outro, a presença de bico, penas e reprodução através de ovos normalmente identifica aves. Numa visão tradicional, seriam estas duas categorias completamente distintas e separadas, sem inter-relações entre seus integrantes. Ou seja, se um animal faz parte de uma categoria não pode também pertencer à outra. Desse ponto de vista (ilustrado pela imagem abaixo), um mamífero não pode ser uma ave:

Figura 1: Exemplo de categoria tradicional



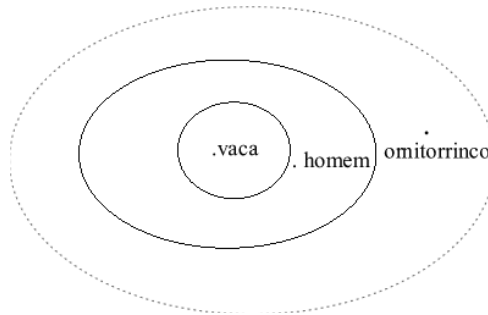
Fonte: Elaboração própria

No entanto, esta visão tradicional mostra-se limitada principalmente quando se depara com elementos híbridos e diferentes, que deveriam contribuir para repensar os critérios de distinção, mas que, muitas vezes, acabam sendo classificados como “problemáticos”, “estranhos” ou mesmo “errados”. O problema então não é da categoria que não dá conta da realidade, mas do elemento que não se encaixa fielmente nela. Um caso exemplar é o ornitorrinco – ser aquático e ovíparo, com bico, mas que também apresenta pelos e mama enquanto filhote. Daí vem a pergunta: trata-se de um mamífero ou de uma ave?

Para tentar sair de aporias como esta, surgiu a noção cognitiva de gradiência. Haveria critérios mais e menos relevantes na definição das categorias que, em vez de compartimentos estanques, teriam, então, elementos que lhe são centrais e outros que lhe são periféricos. Os primeiros, por terem o maior número de características comuns à categoria, seriam os que melhor a representariam, seriam seus modelos por excelência, seus protótipos (ABREU, 2010).

Por tudo que já foi comentado, os ornitorrincos, numa classificação funcional-cognitiva, guardariam proximidade com as aves, e seriam mamíferos menos prototípicos que o homem e muito menos que as vacas, o protótipo da classe cuja distribuição – que segue os moldes de FERRARI (2011) – encontra-se representada abaixo:

Figura 2: Categoria dos mamíferos de um ponto de vista cognitivo



Fonte: Elaboração própria, seguindo moldes de FERRARI (2011)

Tal questão de variedades, variações, mudanças e elementos mais e menos prototípicos também estariam presentes na língua. Rocha (2008) e Abreu (2010) atestam que algo muito semelhante ocorre com algumas conjunções adversativas como *porém*, *contudo*, *entretanto*, *mesmo assim*, *no entanto* e *todavia* que eram originalmente advérbios de reforço, como demonstrado abaixo:

(9) Joana não tinha dinheiro, mas, porém¹, comprou até não poder mais.

(10) Carlos não teve muito tempo disponível, mas, mesmo assim, conseguiu terminar o trabalho.

Como seguiam sempre o *mas*, acabaram, por contigüidade, adquirindo seu sentido de adversidade e, por influência do atrator *economia*, passaram a ocorrer como conjunções isoladas. Contudo, elas mantiveram a mobilidade sintática (típica dos advérbios) e, por isso, são menos prototípicas que o *mas* (a única a manter a fixidez das conjunções):

(11) Joana não tinha dinheiro, comprou, contudo, até não poder mais.

(12) Carlos não teve muito tempo disponível, conseguiu terminar o trabalho mesmo assim.

(13)? Carlos não teve muito tempo disponível, conseguiu, mas, terminar o trabalho.

Infelizmente, como já se disse anteriormente, não é esse olhar funcional que predomina em vários aspectos de nossa realidade atual (dentro e fora de questões linguísticas). Se um indivíduo não tem o corpo das *top models*, está fora do padrão e alguns

¹ A intenção desses exemplos ((9) e (10)) é atestar que itens linguísticos como *porém* eram, em sincronias pretéritas, advérbios de realce que apareciam junto com o “*mas*”. Embora atualmente interpretemos um enunciado como (9) como redundante, segundo Abreu (2010), frases como essa ocorriam anteriormente, de modo que o fato de hoje parecer redundante advém do processo de mudança de classe já estar muito assentado, já tendo ocorrido a “contaminação” semântica do sentido adversativo de *mas* pelo *porém*, que passou a figurar, por economia, como conjunção isolada (sem o *mas*), ao menos prototipicamente falando.

diriam “obeso”. Se não é cristão (aqui englobados católicos e protestantes), suas crenças podem passar a ser vistas como mitológicas, parte de alguma “seita” ou ainda da “macumba” (item lexical utilizado para denominar pejorativamente várias religiões normalmente de origem africana). Se ele tem uma orientação sexual distinta da heteronormatividade que foi se construindo ideologicamente (através de representações imaginárias²) ao longo da história por meio da instauração e desenvolvimento de práticas aceitáveis com o corpo³, ele pode ser injustificadamente considerado por algumas comunidades como “degenerado”⁴ (CECCARELLI, 2008).

E, por falar em representações mentais, cabe aqui fazer uma retomada das idéias de Saussure. No *Curso de Linguística Geral*, o mestre genebrino postula que o signo abarcaria duas faces, pois, além do *significante*, teria também um *significado*, ou, para usar as palavras de Fiorin, Flores & Barbisan (2013), um conceito ligado a uma imagem acústica – sendo que esta não se refere “à materialidade física dos sons, mas às representações psíquicas desses sons que estão associadas a conceitos” (FIORIN, FLORES & BARBISAN, 2013, p. 101-102). Além disso, a Linguística (ciência que estudaria a *langue* - sistema abstrato e coletivo de regras estáveis – em detrimento da *parole*, realização concreta do sistema através de usos particulares e instáveis) estaria inserida dentro da *Semiologia* (que estudaria “os signos no seio da vida social” (SAUSSURE, 2012, p. 47-49)), que, por sua vez, seria um dos integrantes, uma das partes da Psicologia Social e da Psicologia Geral.

Portanto, o próprio Saussure já dizia, de certo modo, que há relação entre o uso de itens lexicais e questões psíquicas internas.

Não seria diferente para todo o panorama de aversão (e mesma agressividade) à diferença até aqui comentado. Pode-se provar a afirmação anterior por meio de alguns conceitos freudianos.

² Aqui se faz referência sobretudo à noção althusseriana de *ideologia*, que seria, como expõe Gregolin (2016), “a relação imaginária do homem com as suas condições materiais de existência, que, ao se transformar em práticas, reproduz as relações de produção vigentes em uma sociedade de classes”.

³ Gregolin (2016) atesta que, ao averiguar como as práticas divisoras (discursivas, jurídicas, prisionais) objetivam ou subjetivam os sujeitos e como estes são objetivados por práticas normalizadoras e subjetivados pela *governamentalidade*, por meio de *práticas de si* (práticas que os sujeitos aplicam a si mesmos), Michel Foucault acaba provando que a sexualidade é algo produzido historicamente.

⁴ É necessário deixar claro que os elementos deste e dos demais parágrafos que estão entre aspas não representam, de forma alguma, concepções do autor deste texto. Na verdade, o que esta seção pretende é tentar entender e problematizar concepções que às vezes circulam no senso comum.

Segundo Freud (apud KUPFER 2000, p. 40-44), quando crianças, nossa *pulsão sexual* seria formada de *pulsões parciais*: prazer em bater, em apanhar (sadomasoquismo), curiosidade em relação aos órgãos sexuais (voyeurismo), exibicionismos e prazer ligado à sucção e à defecação.

Se nosso desenvolvimento ocorrer de forma bem-sucedida, uma parcela dessa pulsão vai ser reprimida, outra será um dos componentes da sexualidade genital e outra será desviada para a cultura. O teórico diz ainda que, para vivermos em sociedade, tivemos que abrir mão de parte de nossa *pulsão agressiva* e de *parte de nossa pulsão sexual*, criando vínculos não-sexuais como a amizade ou utilizando-nos do *narcisismo das pequenas diferenças* (ligando-nos a um grupo e dirigindo a violência a outro como ocorre entre torcidas de times rivais) (FREUD, 1930; FREUD, 1997).

Todo esse quadro tem implicações no ensino-aprendizagem de português como língua materna, principalmente porque essas noções equivocadas de “deturpações”, “corrupções” de algo que seria “adequado”, “puro” refletem-se na língua, nas classificações normativas que consideram usos padrões como “língua ideal”, “pura”, em detrimento das outras variedades linguísticas existentes.

Para Soares (1986, apud VALADARES, 2010, p. 36), a democratização do ensino teria feito com que camadas mais populares adentrassem na escola. Obviamente, os novos alunos levaram consigo suas variedades linguísticas, que acabaram sendo tachadas de “erradas”, pois eram menos próximas à norma purista (à língua “pura”) das gramáticas tradicionais normativas que as variedades linguísticas dos alunos mais abastados. Por meio de atitudes como esta, a escola então disseminava e perpetuava (e, infelizmente, ainda o faz) as desigualdades e diferenças entre as classes que já estavam na ordem social, porque, como os alunos menos abastados têm variedades linguísticas mais distantes da norma (no sentido de normatização) pregada pelos puristas, terão provavelmente mais dificuldades nas aulas de Língua Portuguesa. É exatamente sobre isso que fala Gnerre (1998, apud SANTOS SOBRINHA & MESQUITA FILHO, 2011, p. 6) quando considera o ensino gramatical prescritivo como “um jogo já marcado”, no qual “ganham aqueles que de saída dispõe dos instrumentos para ganhar”.

Aqui é preciso distinguir dois sentidos de “norma”. O primeiro refere-se a usos normais, frequentes. Já o segundo seria mais uma normatização, o que é denominado por Faraco (2008) de “norma curta”. Trata-se, segundo o autor, de um conjunto de padrões dogmáticos que, mesmo não tendo respaldo na norma comum/standart/culta (que são as construções recorrentes e frequentemente utilizadas pelos falantes letrados nas suas produções

de maior monitoração linguística de escrita e fala), continua insistindo numa cultura de erro que encurta, estreita a língua real.

Essa “norma curta”, baseando-se num padrão que não é propriamente uma variedade linguística, classifica, sem embasamento na realidade linguística, tanto construções da norma culta como das variedades populares como “erros”, usos “inadequados”, “corrompidos” e “inferiores”. Infelizmente é essa *norma curta* que é divulgada pelos “consultórios gramaticais”, “cursinhos pré-vestibulares” e, de certa forma pela escola, o que leva muitos alunos a afirmar que “Português é muito difícil”.

Mas, para além de implicações no ensino-aprendizagem de língua portuguesa como língua materna, o quadro que vem sendo exposto também se ramifica no apagamento da figura do índio na história e cultura brasileira de que trata Seki (2000), já que, como afirma a autora, até pouco tempo, o estudo e documentação das línguas e demais elementos culturais de indígenas brasileiros não se fazia de forma muito volumosa, sistemática e nem científica. Essa situação era sustentada, inclusive, por discursos falaciosos de que o Brasil seria não majoritariamente lusófono, mas sim monolíngüe. Tais discursos, aliás, quando versavam sobre línguas indígenas, infelizmente não as consideravam como sistemas complexos organizados, nem como “um conjunto específico de sons, categorias e regras de estruturação [...] adequadas para cumprir as funções de comunicação, expressão e transmissão” (SEKI, 2000, p. 234-235). Elas passavam, então, a ser rotuladas de “estranhas”, “exóticas” e até mesmo “primitivas”. Tais classificações refletem o que Guimarães Rocha (1984) denomina de “etnocentrismo”, ou, nas palavras do autor:

[...] uma visão de mundo em que nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através de nossos valores. No plano intelectual, pode ser visto como dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade. (GUIMARÃES ROCHA, 1984, p.9).

O autor também aborda em seu texto como a Antropologia teria se transformado no decorrer do tempo, juntamente com os “rótulos” dados ao indígena. Do “selvagem”, “primitivo”, “pré-histórico”, “antropófago” e “inferior” do período do “Descobrimento do Brasil” (quando os portugueses, valendo-se de um lamentável pensamento evolucionista, se consideraram “num estágio mais adiantado”), o índio brasileiro teria mais tarde sido nomeado como a “criança”, “o inocente”, “infantil”, uma “alma virgem”, que precisaria ser protegida pelo catolicismo e, já na Independência, o “corajoso”, “altivo”, “cheio de amor à liberdade”. Guimarães Rocha (1984) ainda diz que, contraposta ao etnocentrismo, está a idéia de

relativização, que consiste em enxergar a riqueza na diferença e não em transformá-la num caráter hierárquico e dicotômico de “superioridade” e “inferioridade”.

Diferente dessa “relativização”, o artigo “Ritos corporais entre os Nacirema” de Horace Miner (1976) ironiza a postura etnocêntrica de algumas pesquisas que descrevem os hábitos do povo estudado como exótico e resumido a práticas mágicas, apresentando uma descrição ficcional que um antropólogo teria realizado dos costumes e práticas de nossa sociedade como “crenças e práticas mágicas, inusitadas, masoquistas e estranhas”. No texto, nossos médicos são descritos como “feiticeiros” que decidem quais os ingredientes devem ser ministrados nas poções de cura; nossos psicológicos aparecem como “doutores-bruxos-ouvintes” responsáveis por retirar demônios da cabeça de enfeitiçados; e os dentistas são chamados de “sacerdotes-da-boca” e sua profissão reduzida ao “exorcismo de demônios bucais” mediante o uso de instrumentos, como brocas, que provocam dor.

Ademais, nossa prática de escovar os dentes toda manhã recebe a taxaço de “rito bucal revoltante” que consistiria em inserir pós mágicos na boca e esfregá-los, em gestos muito formais e com o auxílio dum feixe com cerdas de porco; tal qual a prática de algumas mulheres de ir a salões de beleza a cada semana é relatada como um ritual feminino lunar em que as participantes colocam suas cabeças em fornos (os secadores de cabelo) por cerca de uma hora.

Lamentavelmente, isso não difere muito da imagem dos índios que é veiculada atualmente pela mídia em geral, como corroboram os trabalhos de Voigt (2015), Minardi (2012) e Neves & Silva (2013). Todos estes trabalhos apontam para a falta de matérias que abordem a cultura e a história das populações indígenas.

Acresce que, segundo eles, os problemas de saúde dos indígenas e os conflitos por terras contra empreiteiras e grandes fazendeiros quase nunca aparecem em reportagens, até porque:

Quem detém o controle da mídia são os grandes empresários, as pessoas ligadas ao agronegócio e aos grandes empreendimentos, enxergando nos índios um retrocesso em relação ao desenvolvimento econômico. Portanto, as matérias com a temática do índio, em sua maioria, representam-no como preguiçoso, violento, confuso e em alguns momentos até como ex-índio, diminuindo sua identidade e consequentemente seus direitos como cidadão brasileiro. (MINARDI, 2012, p. 7-8).

Nessa mesma esteira, Fargetti & Miranda (2016) atestam que a diversidade linguística dos variados povos indígenas brasileiros normalmente não aparece em materiais didáticos, de modo que estes ou tratam apenas superficialmente das variedades do português – ignorando as

centenas de línguas indígenas faladas no Brasil - ou classificam errônea e reducionalmente as línguas indígenas simplesmente como “tupis”, como se elas não compusessem nenhum outro tronco (além do Tupi) linguístico.

Já Fargetti & Vaneti (2016) afirmam que, embora as mídias normalmente denunciem discriminações raciais, acabam, às vezes, incorrendo em preconceito quando deixam de abordar questões linguísticas que, na ótica desses autores, deveriam ser debatidas (contribuindo para a falta de visibilidade de certas causas indígenas) ou quando tratam de variedades linguísticas e de línguas específicas. Exemplos disso foram, de um lado, a ampla divulgação midiática das múltiplas e duras críticas – repletas de preconceitos linguísticos (como denominar, sem respaldo científico, certas variedades linguísticas como “erros”) - de jornalistas e gramáticos (não especializados em estudos científicos sobre assuntos de línguas e linguagem) feitas, em 2011, a um livro adotado pelo Ministério da Educação, que era voltado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora ele seguisse os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997; e, de outro, a atenção nula que os meios de comunicação de massa dispensaram ao veto da então Presidente da República Dilma Roussef, ao Projeto de Lei n.º 5954/2013, de Cristovam Buarque que visava assegurar, em todos os níveis educacionais (básico, superior e profissionalizante) o uso de línguas indígenas, propondo, inclusive, a aplicação de avaliações diferenciadas em escolas indígenas.

Além disso, Fargetti & Vaneti (2016) também comentam que, historicamente falando, sempre houve tentativas de integrar forçadamente o índio na sociedade não-indígena, com políticas que pretendiam apagar os idiomas e elementos culturais indígenas, resultando num apagamento de sua imagem como um todo, como ocorreu, por exemplo, com o Diretório dos Índios, instituído pelo Marquês de Pombal em 1755 que proibia o ensino bilíngue entre as línguas indígenas e o português e obrigava o uso exclusivamente do português, atribuindo à Língua Geral um caráter negativamente “diabólico”. Ainda de acordo com os autores, durante os períodos do Estado Novo e da Ditadura, tal situação não teria sido diferente, pois, em detrimento dos idiomas dos índios brasileiros e também das línguas dos imigrantes, circulava a ideia de que o Brasil deveria falar unicamente português.

Ou seja, têm-se discursos que silenciam o índio enquanto sujeito empírico, primeiro porque suas necessidades são apresentadas não por membros de suas comunidades, mas por “porta-vozes” como a Igreja, o Governo e/ou instituições como a FUNAI e depois porque, como se fosse possível representar todas as variadas e múltiplas sociedades indígenas brasileiras numa única imagem, acaba se criando um personagem indígena genérico

(normalmente descrito como violento, antropófago e “sem roupas”), que deveria se “civilizar”, em prol do “desenvolvimento do país” (NEVES & SILVA, 2013).

E, por falar em “personagem”, vale a pena retomar as considerações de Silva, B. (2012) sobre como o índio foi representado no campo musical. O autor argumenta que, embora Heitor Villa Lobos já tivesse tentado, com certo sucesso, divulgar para os europeus as músicas indígenas e folclóricas brasileiras (processo que, segundo Silva, B. (2012), insere-se nas *narrativas da autenticidade*), somente na década de 70 nomes da MPB, como Caetano Veloso, teriam reinventado o índio como personagem musical, reverenciando-o e denunciando genocídios – o que o autor chama de *narrativas da reparação*. Reparação porque, antes disso, o que predominavam, ainda segundo ele, eram visões preconceituosas e etnocêntricas do indígena, cuja musicalidade - que já havia sido, pelos cronistas coloniais, documentada como “exótica”/“estranha” e resumida a “grunhidos” e “zoadas” (*narrativas do exotismo*) – ou servia de deboche às marchinhas da década de 50-60, que enfatizavam pretensas características canibais, indolentes, violentas e sexuais dos índios brasileiros, ou era simplesmente esquecida (o que ele chama de *narrativas do esquecimento*), como se a música brasileira tivesse sido formada exclusivamente pelos universos português e africano.

Contudo, esses julgamentos evolucionistas com relação ao indígena não são de hoje, já que como confirma Gambini (1988) podem ser encontrados desde os primórdios da colonização do Brasil (e até mesmo antes):

Os jesuítas acreditavam que no Brasil encontrariam seres sub-humanos e foi exatamente para transformá-los em algo melhor que vieram para cá. [...] a imagem do homem primitivo é tão velha quanto a humanidade, profundamente gravada na psique através de eras seja como essência do que somos ou como terrível memória do ponto de partida. Do ponto de vista estreito e distorcido de uma civilização em gradual evolução, a condição primordial do hominídeo, num movimento contrário à marcha da História, foi sendo progressivamente empurrada para trás até fixar-se como horrenda imagem de pecado original, o abominável ponto zero ao qual não se deve retornar jamais. Civilização seria então uma linha reta em evolução perene a partir desse ponto, sempre adiante e para cima. A humanidade civilizada não cultua sua origem ancestral, e sim tenta, o melhor que pode, esquecer a vergonha de um passado tão baixo. O próprio desenvolvimento da consciência e desse formidável ego que tanto orgulho nos causa é uma vitória sobre a inconsciência do homem primitivo – e os que demoram a crescer ou perdem o trem da História poderiam muito bem desaparecer do mapa ou, havendo boa-vontade, ser ajudados a se atualizarem (GAMBINI, 1988, p.121-122).

Ainda na mesma esteira de práticas etnocêntricas, Gambini (1988, p.163), após ler várias cartas da época, conclui que a música indígena brasileira era vista pelos missionários no século XVI como “diabólicas harmonias”. Além disso, segundo ele, a música também era, tal qual a linguagem, utilizada como “instrumento de conquista”, pois os jesuítas tocavam e

dançavam entre os índios, tentando “ganhá-los” para o catolicismo. Assim, “podemos dizer que o arquétipo por trás da manipulação que os jesuítas faziam da música não era o de Orfeu, que com o som de sua lira aplacava a raiva, mas antes o das sereias, cujo canto atraía para o naufrágio.” (GAMBINI, 1988. p. 199).

Por estas questões, o autor é extremamente pessimista com relação à consequência desses atos, pois, para ele, a sociedade ocidental para manter-se derrubou muito do que lhe é diverso, inclusive o indígena, que passou a encarnar “*aquilo que não pode ser*” (GAMBINI, 1988. p. 180).

O mesmo pessimismo pode ser encontrado nas declarações de Carvalho (1981):

[...] a trajetória histórica das populações indígenas, marcada pela degradação cultural e pelo extermínio etnocida, acabou por inviabilizar a possibilidade de preservação de seus valores materiais e culturais, estes reduzidos a uma expressão codificada que não encontra nexos com a prática real. Mesmo a mediação protecionista outorgada pelo Estado não conseguiu conter as formas históricas de dominação, acabando por impor às etnias um confinamento territorial que, ao mesmo tempo que as isola e as submete a um conjunto de normas burocráticas e administrativas, acaba por neutralizá-las política e culturalmente, a tal ponto, que não sobra espaço para o exercício de atividades que se despreguem da supervisão dos chefes de Posto. (CARVALHO, 1981, p. 7).

Embora sejam reais alguns dos pontos apontados pelos dois autores anteriormente citados, cremos ser necessário relativizar um pouco a crítica e até mesmo repensar esse “pessimismo”, pois, embora as populações indígenas tenham sofrido (e, às vezes ainda sofrem) vários desrespeitos e haver problemas com algumas pesquisas mais antigas que enxergavam o indígena simplesmente como um “instrumento” fornecedor de informações (SEKI, 2000, p. 47- 48), os estudos linguísticos atuais sobre populações indígenas teriam saído desse quadro inicial de escassez e falta de qualidade, de acordo com Seki (2000), a partir da década de 80, pois, o aumento no número de linguistas brasileiros que passaram a se dedicar ao estudo de tais idiomas e a formar novos especialistas, teria levado a um aumento também na quantidade e na qualidade dos trabalhos e ao desenvolvimento de estudo desses idiomas com respaldo teórico-metodológico adequado – diferente das anteriores listas de palavras coletadas por geógrafos, viajantes e indigenistas (cuja notação era diversificada, inconsistente, incompleta e, por vezes, errônea).

Aliás, atualmente há várias instituições no país com pesquisadores (brasileiros e estrangeiros) dedicados a essa área, tendo sido realizados, em solo nacional, diversos congressos/simpósios internacionais que atestam a produção científica crescente e também o engajamento dos pesquisadores em projetos educacionais voltados às populações indígenas.

Entre esses nomes encontra-se o de nossa orientadora, Cristina Martins Fargetti, que desde 1989, tem se debruçado sobre a descrição científica da língua juruna, do tronco tupi, falada pelo povo juruna do Mato Grosso no Xingu, autora de diversos projetos como “Uma proposta de obra lexicográfica para os juruna/yudjá do Xingu”, projeto contemplado com verba do Edital Universal do CNPq, em novembro de 2013, que se propõe a realizar a primeira versão, impressa e digital, do primeiro dicionário juruna-português, de estrutura temática (abrangendo os campos de aves, grandes mamíferos, sapos, plantas, alimentação, parentesco, cultura material e música), além de contribuir para a formação de novos pesquisadores, para a comunidade indígena em questão (por proporcionar-lhe um material que poderá ser utilizado, por exemplo, no ensino bilíngue) e possuir relevância para estudos histórico-comparativos, lexicográficos e para a Linguística Geral.

Por outro lado, apesar de todos esses avanços, ainda há questões a serem debatidas e até sanadas, pois, na ótica de Miranda (2012), por exemplo, o repertório das músicas de comunidades indígenas brasileiras estaria, em decorrência da influência do cristianismo, passando por um movimento de “retração”. Nas palavras da autora:

O Cristianismo encontra o caminho aberto na rota da evangelização e vem conquistando séquitos de fiéis; numa tendência que cresce a passos largos nas comunidades indígenas. Isso quer dizer, então, que a cultura indígena na sua manifestação tradicional está sendo afetada porque a coletividade insider do culto pressiona as remanescentes outsiders (NETTL, 2006) para a conversão de modo que todos participem da mesma profissão de fé. Dessa forma, os dogmas de culto evangélico fazem com que a música tradicional se retraia, mas mesmo num ambiente restritivo do comportamento se lança mão de “acervo tradicional” eventualmente para diversos fins, inclusive compor certas músicas utilizando a música do antigamente como base melódica, substituindo o texto indígena pelo cristão ou vice-versa... (MIRANDA, 2012, p. 104-105).

Além disso, segundo Corbera Mori (2013, p. 98-99), para várias comunidades, é alarmante o número reduzido de indígenas que ainda falam fluentemente sua própria língua. Para se ter uma idéia, “os Tariana (Arawak) têm uma população de 2549 pessoas, mas apenas 100, a maioria adulta, seriam falantes ativos dessa língua (AIKHENVALD, 2003). Os Yawalapiti (Arawak) conformam uma sociedade de 222 pessoas, das quais somente 5 continuam falando a língua materna [...]” (CORBERA MORI, 2013, p. 98-99). O autor reafirma a necessidade de estudo das línguas indígenas brasileiras, ao postular que muitas delas estão em situações vulneráveis, num contínuo definido pela UNESCO que vai daquelas que estariam “em perigo” (pois já não são mais adquiridas como vernáculo por suas crianças nativas), perpassando as “seriamente ameaçadas” (faladas somente por “pessoas de gerações

mais adultas, pois, apesar dos membros de gerações mais jovens ainda compreenderem a língua nativa, não falam entre si, nem a transmitem para seus descendentes mais próximos”), até as que estariam em “situação crítica de extinção” (cujos “únicos falantes seriam os avós e as gerações mais velhas, mas as línguas são usadas na comunicação parcialmente e com pouca frequência”) (CORBERA MORI, 2013. p. 99-105).

Por esses motivos, tanto Corbera Mori (2013) quanto Seki (1999; 2000) reiteram a importância e relevância de se estudar línguas indígenas brasileiras principalmente no que concerne a dois aspectos: o “científico” da melhor compreensão da natureza da linguagem humana e de adaptações em certos modelos linguísticos que se mostrarem limitados ao serem confrontados com idiomas indígenas, e também o “social”, por meio de uma resposta às comunidades indígenas envolvidas nas pesquisas, por meio de medidas práticas (como “elaboração de materiais didáticos para as escolas indígenas, a codificação das línguas em termos de elaboração de gramáticas, dicionários, coletâneas de textos diversos incluindo as etnohistórias” (CORBERA MORI, 2013, p. 105-107)) que contribuam não apenas para a preservação, como também, em alguns casos, para a revitalização de elementos linguístico-culturais dessas populações.

Ademais, com relação ao campo lexicográfico, os trabalhos do léxico das línguas indígenas brasileiras, embasados em um número considerável de dicionários e maiores que uma simples relação de palavras, ainda são escassos; e é exatamente esta lacuna que o projeto de Iniciação Científica “Elementos musicais em obras lexicográficas” (por nós realizado de setembro de 2014 a setembro de 2016) procurou suprir.

3 APORTE TEÓRICO

Para tentar alcançar os objetivos da pesquisa de iniciação científica comentados nas seções anteriores, foi necessária uma abordagem interdisciplinar que estabelecesse relações com algumas áreas do saber. Desta sorte, nosso respaldo teórico advém, sobretudo, de quatro pilares: da Lexicografia (mas não na “acepção prática” de confecção, elaboração de obras lexicográficas, para usar os termos de WELKER (2004), e sim na “acepção teórica” de análise crítica de tais obras, também denominada metalexigrafia), da Linguística de Corpus, da Terminologia Etnográfica e de estudos dos sistemas de saberes e práticas musicais de determinado povo, em seus aspectos formais (os sons e suas possibilidades de combinação) e/ou socioculturais (significados e papel da música, sua relação com mitos, rituais, dança, etc.). Estes pilares serão o tema desta seção.

Com relação a este último deles, vale ressaltar que, embora alguns autores chamem tais estudos de “etnomusicológicos”, evita-se tal nomeação neste texto por dois motivos. O primeiro deles refere-se às considerações de Menezes Bastos (1978) de que a “Etnomusicologia”, desde suas origens, teria equivocadamente se baseado numa dualidade que recorta inadequadamente a música e a separa em dois pólos completamente antagônicos (como se eles não se inter-relacionassem): o plano fonológico gramatical da expressão (a “música”) e o plano semântico (de conteúdo), a “cultura” por trás da música. Tal postura dualista (“antinômica”) teria, ao longo da história, assumido três direções: a primeira centrara-se no estudo da forma (analisando só o que estava documentado, a melodia, o ritmo), a segunda se voltou unicamente ao plano de conteúdo e a terceira teria tentado justapor os dois planos, a fim de superar o dilema, mas permaneceu um pouco contraditória, tendo em vista que iniciou suas investigações embasando nesta mesma dicotomia. Já o segundo dos motivos faz eco às afirmações de Campos (2002) de que tratar os vários conhecimentos indígenas de etno-x (etnobotânica, etnoastronomia, etnomusicologia) seria uma espécie de etnocentrismo no sentido de que, mesmo que involuntariamente, configuraria uma comparação com o referencial teórico-metodológico de áreas como Astronomia, Botânica e Musicologia, seguida de um julgamento injustificado do conhecimento indígena como apenas “aceitável”, “inferior” a este referencial “científico” (CAVALCANTE FERNANDES; MATEUS & VANETI, 2016, no prelo).

De qualquer modo, entre tais estudos “musicais”, encontram-se os trabalhos realizados com os Suyá pelo antropólogo estadunidense que trabalhou como professor e pesquisador na UFRJ, Anthony Seeger; para quem, segundo consta na exposição feita por Piedade (2008),

por mais rica e detalhada que seja a descrição de uma performance musical, ela representa apenas uma perspectiva possível, tal qual um corte numa banana determinado pelo olhar teórico do pesquisador.

Segundo ele, as musicologias (os vários cortes da banana) deveriam relacionar-se mutuamente, incluindo-se no projeto musicológico maior de compreensão da música (metaforicamente, a banana em sua totalidade) e a classificação de instrumentos musicais deveria condizer com a visão de mundo do povo em uma dada era, como o sistema chinês do século VIII a.C. que organizava os instrumentos musicais em categorias correspondentes aos “oito ventos”, ao material que fazia produzir o som (a seda das cordas, o couro dos tambores, o metal dos sinos, a madeira das matracas e dos bastões raspados, a pedra dos litofones) e ao material que fechava a coluna de ar em vibração (o bambu das flautas tubulares, o barro das flautas globulares e a cabaça da caixa de ressonância do órgão de boca).

Em outro texto (“Novos horizontes na classificação de instrumentos musicais”), Seeger (1987) questiona alguns sistemas de classificação que teriam “traduzido”, por exemplo, uma ampla riqueza de variedades de instrumentos de sopro dos Suyá simplesmente como “flauta” porque os orifícios, a matéria-prima e o significado cultural desses muitos instrumentos seriam distintos entre si e em relação ao que nós denominamos “flauta”.

No entanto, como abordado nas seções seguintes, algumas das obras lexicográficas estudadas parecem não se atentar para esse questionamento.

Discorrendo agora sobre a Linguística de Corpus, pode-se dizer que sua relevância à nossa investigação advém do oferecimento de auxílio à composição, organização e operacionalização do banco de dados, já que, de acordo com Berber Sardinha (2000), esta área seria responsável por explorar a linguagem por meio de conjuntos de corpus (corpora), de evidências empíricas, extraídas atualmente por softwares computadorizados e agrupadas, normalmente, seguindo os critérios modo (dados escritos ou orais), tempo (se o estudo é sincrônico ou diacrônico), seleção, conteúdo (quantas línguas ou variedades do mesmo idioma há no corpus), autoria (averiguando se o corpus foi produzido por aprendizes ou nativos) e finalidade. No entanto, o autor ressalta que a representatividade de um corpus (com relação a um idioma ou variedade) necessita de uma extensão considerável, com conteúdo restrito (específico) e adequado ao estudo que se tenciona realizar.

Acresce que, tendo em vista que pretendíamos analisar se os termos para os instrumentos musicais apresentados pelos dicionaristas eram adequados à função e significados que possuíam na comunidade indígena em questão ou apenas “traduções” genéricas e, até mesmo, errôneas, também estabelecemos um diálogo com a proposta

lexicográfica para os juruna/yudjá do Xingu que nossa orientadora vem desenvolvendo; já que encontramos exemplos positivos e negativos de verbetes nas obras do corpus coletado.

Como expomos também em Cavalcante Fernandes; Mateus & Vaneti (2016, p. 3, no prelo):

listas de palavras apenas com entradas em português e equivalentes na língua indígena (desprovidas de ilustrações, de empregos em frases-exemplo e de remissivas) não seriam muito adequadas, pois, ao fechar os olhos para o fato de que os indígenas podem recortar o mundo mediante categorias distintas das adotadas por nós, essas obras aproximam-se muito de uma visão que coloca, injustificadamente, nossos conhecimentos como “centrais”, “superiores” e até mesmo “mais evoluídos” que os dos índios, visão esta que, retomando as afirmações de Guimarães Rocha (1984), seria “etnocêntrica”. (CAVALCANTE FERNANDES; MATEUS & VANETI, 2016, p. 3, no prelo).

Nestas listas de palavras, ignora-se que os habitantes de dadas comunidades indígenas podem, por exemplo, usar uma forma A para falar de um parente com uma terceira pessoa e outra B quando estiverem falando diretamente com este mesmo parente (em contextos vocativos); tratar uma garota como “mãe” mesmo que ela ainda não o seja, pois ela porta o caráter de potencialidade para dar à luz a um indivíduo; ou ter instrumentos de sopro de certa forma semelhantes ao que chamamos de flauta, mas que não podem receber esse nome porque não têm exatamente a mesma morfologia e matérias-primas e são tocados por pessoas diferentes, em situações e com finalidades distintas do nosso uso; ou ainda ver o mesmo conjunto de estrelas que nós vemos, mas ligá-las de maneira diferente. Prova disso, é que as cinco estrelas que para nós representam uma cruz (Cruzeiro do Sul), para os Juruna, consoante afirma Fargetti (2006), representam o pássaro Kanápi, um mergulhão que parte para o céu e tem sua alma transformada na constelação citada, após o relacionamento proibido que ele mantinha com um pássaro chapéu-velho ser descoberto.

O posicionamento de certas investigações lingüísticas que, em vez de tentar entender como os indígenas percebem a lua, como (e se) a dividem em fases e se elas têm alguma relação com mitos e/ou danças, festividades, requerem simples equivalentes para “lua cheia”, “lua nova” (mesmo que essas fases não existam para a comunidade em estudo) não é muito diferente dessa questão etnocêntrica, pois ao questionar se o indígena tem um dado elemento em sua língua ou cultura (presentes nas nossas) pode, numa resposta negativa, gerar a noção errônea de “deficiência”, “ausência de algo que seria necessário” ou, numa resposta afirmativa embasada na criação pelo informante de um decalque, um vocábulo que efetivamente não existe no seu dia-a-dia. Como afirma Fargetti (no prelo):

Si no nos atentamos para la posibilidad de clasificaciones diferentes, de visiones diferentes del mundo, si no intentamos conocer lo que piensa el otro, estamos, en efecto, buscando a nosotros mismos en el otro. O sea, si no somos sensibles a las diferencias, si no buscamos la comprensión del otro sobre su mundo, estamos viendo a nosotros en un espejo borroso, y peor, concluyendo que esto es el otro, cuando somos nosotros mismos, o lo que pensamos que somos, en calcos léxicos no existentes, no usuales. (FARGETTI, 2015, p. 4, no prelo).

Aliás, retomando o que afirmamos em Cavalcante Fernandes; Mateus & Vaneti (2016, p. 3, no prelo), nossa orientadora vem há muitos anos refletindo sobre metodologias adequadas para o estudo de línguas minoritárias como línguas indígenas, pois grande parte delas não possui ortografias consolidadas, levando a uma tradição riquíssima, mas preponderantemente oral” (FARGETTI, 2015); o que, em seu ponto de vista, dificultaria um trabalho terminológico tradicional que costuma utilizar-se sobretudo de textos escritos, já que uma primeira ação, nestes casos, seria a gravação desse conhecimento tradicional (seja em áudio ou vídeo) e posterior transcrição. E esses dois passos exigiriam necessariamente um diálogo entre especialistas: entre um linguísta e alguém da comunidade em questão conhecedor do tema em estudo e que seja indicado e autorizado pela própria comunidade a falar sobre ele. Fargetti aceita que o conhecimento indígena seja de certa forma holístico, pois há imbricações entre seus campos. Para saber, por exemplo, onde está um animal que servirá de alimento, um caçador indígena tem que localizar-se no tempo, olhando para o céu e atentando-se para as constelações que estão visíveis, e quais as plantas que estão dando fruto na época do ano em que está. Deve também saber onde essas frutas localizam-se, se seu alvo alimenta-se delas e em que momentos do dia.

Apesar de reconhecer esse caráter um tanto holístico dos conhecimentos indígenas, a autora não concorda com o posicionamento de que esses saberes sejam “não-científicos” e completamente indivisíveis, primeiro porque nossa orientadora questiona a existência de uma Ciência Universal (em vez disso, ela fala em “ciências”) e segundo porque, em sua opinião, haveria línguas de especificidade entre esses saberes indígenas (tão relevantes quanto os nossos), pois há pessoas nessas comunidades que são especialistas em plantas medicinais, outros são profundos conhecedores dos mitos e danças, outros das aves, plantas comestíveis, outros da música e assim sucessivamente.

E é exatamente por isso que a pesquisadora considera que o estudo de âmbitos temáticos específicos dessas “ciências” indígenas torna possível se pensar numa subárea da Terminologia por ela denominada “Terminologia Etnográfica” (doravante TE). Mas diferente da posição da Teoria Geral da Terminologia de Wüster, que postula a monossemicidade do termo, alocando-o assim fora das línguas naturais, Fargetti (2015) - ainda que adicionando as

discussões elucidadas nos parágrafos anteriores - aproxima-se mais da Teoria Comunicativa da Terminologia de Cabret, no que concerne à “polissemia constitutiva” do termo, segundo a qual os termos seriam sim integrantes da língua geral, embora possam adquirir um sentido distinto das palavras, quando inseridos em dado contexto específico. (CAVALCANTE FERNANDES; MATEUS & VANETI, 2016, p. 3, no prelo).

Para estudos sobre o léxico que culminem em propostas lexicográficas, a TE não verá outra possibilidade senão descrições culturais detalhadas das entradas, até porque entre línguas diferentes não há sinônimos perfeitos, como comprovam “pele” e “peau”, visto que, se a segunda em francês tem também o traço de ‘revestimento de vegetais ou frutos’, esse traço só existe na primeira em construções metafóricas, tendo em vista que em português costuma se exprimir esse pensamento como “casca de uma determinada fruta”.

Acresce que, ainda segundo a mesma autora, a edição dessas entradas seria apenas a última das etapas. Antes, como comentado em Cavalcante Fernandes; Mateus & Vaneti (2016, p. 3-4, no prelo), deveriam ser realizadas uma revisão de bibliografia sobre o que se pretende documentar, uma observação participante na comunidade, entrevistas e diálogos com os especialistas no (s) assunto (s) pesquisado (s), e só depois disso é que os termos seriam definidos e analisados junto aos falantes nativos, as definições enciclopédicas preparadas com posterior comparação (sem nenhum julgamento de valor positivo nem negativo para nenhum dos lados) entre esse saber indígena e os conhecimentos de nossa “academia científica”.

Mesmo que nossa pesquisa, cujas metodologias são expostas a seguir, tenha sido um trabalho de gabinete e não de campo, essa necessidade de “conhecer o outro”, de abordar e/ou pensar em seus saberes e práticas é que norteou todas as análises das obras lexicográficas, pois - diferindo de uma postura etnocêntrica - acreditamos que a visão de mundo do outro é também muito rica e sua documentação é extremamente necessária.

Assim, para usar uma metáfora da área do teatro, buscamos nos aproximar do ator que, tentando metamorfosear-se em uma dada personagem, esconde sua identidade (sua “máscara”), seu papel empírico na sociedade, suas visões e concepções de mundo, pois este ator, como afirma Rosenfeld (1969, p. 33):

[...] Ao dissociar-se de si mesmo, celebra o ritual de identificação com a imagem do outro, isto é, do seu tornar-se ser humano. Convida-nos a participar desta celebração; incita-nos a sair de nós, através da identificação com o outro, para reencontrar-nos mais amplos, mais ricos e mais definidos ao voltarmos a nós mesmos. (ROSENFELD, 1969, p. 33, grifos nossos).

Faltou-nos falar, por fim, da área lexicográfica. Para tanto, passe-se a se estabelecer um breve panorama do grande campo das Ciências do Léxico, dentro da qual a Lexicografia poderia ser alocada, ao lado da Lexicologia, da Terminologia e da Terminografia.

Segundo Krieger & Finatto, a Lexicologia poderia ser “[...] definida como o estudo científico do léxico, mais especificamente das palavras de uma língua” (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 43), ocupando-se, portanto, “do componente lexical geral, e não-especializado das línguas” (*idem, ibidem*). A Terminologia, por sua vez, de acordo com as mesmas teóricas, teria como objeto de investigação o termo, ocupando-se “[...] do componente lexical especializado ou temático dos sistemas linguísticos” (*idem, ibidem*) e tendo como “face aplicada” a Terminografia (“voltada à produção de glossários, dicionários técnicos ou terminológicos e bancos de dados” (*idem, ibidem*)).

Já a Lexicografia abarcaria, na ótica de Silva, M. (2006), a descrição e análise crítica de obras lexicográficas.

Para a autora, léxico é o conjunto dinâmico e aberto (por admitir novos elementos e descartar arcaísmos conforme as mudanças/variações naturais do idioma em questão) que abarca tanto as palavras com carga semântica completa quanto as unidades gramaticais. Aliás, embora a supracitada doutora em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras (UNESP) de Araraquara (2002), até por preferir o termo menos geral unidade lexical (elemento que, segundo ela, em vez de corresponder necessariamente a uma seqüência gráfica unitária, corresponde normalmente a uma acepção, a cada um dos sentidos ou significados de um termo), não diferencie palavra de vocábulo – como faz, por exemplo, Monteiro (2002) ao afirmar que a primeira, além de possuir um significado lexical (como nomes, verbos e pronomes), é uma forma livre e que o segundo, ao contrário, é uma forma dependente, presa que não funciona isoladamente e considerado como um instrumento gramatical (como conjunções e preposições) -, admite, tal qual Laroca (1994), Rosa (2000) e Cagliari (2002), que palavra seja um conceito complexo para a Linguística porque envolve definições de áreas como a Fonologia (para a qual se trata de um termo provido de fonemas, sílabas e traços supra-segmentais) e a Morfologia (realização de um lexema), mesmo que um falante desconhecedor desses conceitos consiga, sem problemas, ditar cada palavra de um texto, saiba que todas elas têm uma forma, uma função e um significado, tenha a noção de que, para a escrita, elas são limitadas por espaços em branco ou sinais de pontuação e use estratégias diferentes para depreendê-las de acordo sua língua natural (se ela for acentual, serão considerados os blocos de acento e se for silábica, as sílabas).

Além disso, a linguista em questão diferencia vocabulário (subconjunto do léxico com todas as unidades semânticas de uma língua) de vocabulário de especialidade (conjunto de termos específicos de meios técnico-científicos) e apresenta definições para *lexia* (unidade lexical usada em um contexto com um sentido único (simples) ou um conjunto dessas unidades com um sentido até certo ponto “cristalizado” (*lexia complexa*)), *macroestrutura* (“nomenclatura” ou estrutura vertical que permite verificar a frequência ou relevância de uma unidade lexical) e *microestrutura* (estrutura horizontal em que se verificam a ortografia, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica) de obras lexicográficas, subdivididas em entradas ou verbetes (as menores unidades autônomas dos dicionários, compostas de uma parte enunciativa denominada lema ou palavra-entrada).

Aliás, a estrutura de obras lexicográficas também é abordada por Welker (2004), que comenta a postura de alguns pensadores de adicionar uma *médio estrutura* (maneiras de remeter o consulente para outros lugares dentro do dicionário ou para fora deste (para as fontes do dicionário, para a literatura metalexigráfica ou para outros dicionários)) entre a *macroestrutura* (por meio da qual é possível saber se os lemas organizam-se alfabética ou tematicamente, se há informações adicionais à definição dos verbetes como imagens ou explicitação de questões sintáticas) e a *microestrutura* (se constam símbolos de ordenamento, ilustrações, como a entrada normalmente se combina sintagmaticamente com outras ou que relações *in absentia* pode manter (sinônimos, antônimos, hiperônimos e/ou hipônimos); em suma, informações das realizações sincrônicas da entrada em questão (como pronúncia, acentuação, classe gramatical, flexão), etimologia, informações explicativas ou equivalentes como cada verbete é internamente elaborado. Desta sorte, vê-se que definir o item lexical “palavra” é algo, no mínimo, complexo, ainda mais quando se toma “palavra” como unidade de alguma das obras que abordam o léxico - até porque não há um total consenso entre os autores com relação à tipologia de obras lexicográficas.

De acordo com Peixoto Farias (1998), por exemplo, o item lexical “dicionário” provém da forma latina medieval *dictionarius*, cujo significado primeiro seria “coleção de palavras de uma língua”.

Em seu texto “*A relação entre léxico e dicionário*”, a autora postula que a origem das práticas envolvendo obras com o léxico remonta ao terceiro milênio a. C., quando povos da Mesopotâmia (os Eblaitas) utilizavam-se de pequenas tábuas para elaborar listas bilíngues.

Feito isso, ela cita Rey-Debove (1984), que elabora uma classificação de dicionários segundo a presença de informações de signos e coisas e também definições. Para tal autor, diferente de “enciclopédias” (materiais com informações sobre coisas, apresentando também

definições); obras lexicográficas que não apresentam definições dos signos linguísticos, limitando-se a trazer informações a eles relacionadas seriam “dicionários linguísticos”. Um outro tipo seria aquele que abrange tanto informações de signos como definições, o “dicionário de língua”.

Dentro desses três, haveria dois subtipos: o dicionário especial (preocupado em descrever uma parte da língua ou demais elementos de uma determinada civilização) e o geral (cujo escopo tenta abranger todos os signos e elementos de um dado povo).

Ainda seguindo essa mesma linha de tipologias, Peixoto Farias (1988) apresenta também uma divisão baseada no critério de utilização/ finalidade das obras: dicionário padrão (ou de uso) da língua, dicionário ideológico ou analógico e dicionário bilíngue. O primeiro alocaria trabalhos com lexemas normalmente estruturados em ordem alfabética, descritos quanto à pronúncia, etimologia, classe gramatical, definição, exemplificação, emprego e sinônimos. Contudo, muitos desses dicionários seriam, na ótica da autora, passíveis de crítica, na medida em que, em vez de apresentarem paráfrases como definição (como propõe BIDERMAN (1996)), usam, num mecanismo cíclico, um lexema para definir outro, sugerindo, inclusive, a possibilidade de mútua substituição entre eles, independente do contexto de uso, sendo que tais definições não possibilitam a distinção entre esses itens, já que faltam traços semânticos para isso.

Um *dicionário ideológico*, por sua vez, frequentemente é organizado em campos semânticos e, em vez de apresentar definições das entradas, organiza-as em redes, segundo domínios semânticos próximos. No entanto, ainda de acordo com a autora, ele também é passível de questionamentos, na medida em que pode aplicar os modelos de estruturação de uma língua em outras, mesmo que estas entre si apresentem diferenças quanto a padrões sócio-culturais, desconsiderando que cada sociedade pode ter maneiras próprias para recortar o mundo.

O *dicionário bilíngue*, por fim, normalmente é utilizado em trabalhos de tradução e lista correspondentes entre uma língua de partida e outra de chegada, mas, nem sempre apresenta questões de suma importância para seu consulente, como divisão silábica e transcrição fonética.

Já Bugueño Miranda postula a possibilidade de se “estabelecer classificações três tipos de classificação de dicionários: impressionista, funcional e linguística.” (BUGUEÑO MIRANDA, 2014, p. 215). A primeira delas seria a elaborada pelas editoras, que trabalhariam com critérios exteriores à obra em si, adotando nomenclaturas como “minidicionário”, “grande dicionário”, “dicionário de bolso”. A segunda englobaria normalmente à área de

ensino de idiomas (línguas maternas e estrangeiras) como dicionários de aprendizes e escolares. Por fim, a classificação via imanência linguística (levando em consideração questões como o número de línguas abordadas na obra, o sistema, seus usos e normas) pecariam, segundo o autor, pela ausência de um critério funcional.

Assim, Bugueño Miranda (2014, p. 225) vai propor um modelo taxonômico baseado em critérios funcionais e linguísticos, tais como qual o destinatário da obra lexicográfica (para falantes nativos ou não nativos?); qual o número de línguas arroladas; se as unidades lexicais estão em “discurso livre” (são consideradas isoladamente) ou amalgamadas variavelmente no que ele denomina “discurso repetido”; qual a ênfase informativa (no plano do significante ou no do significado?), qual a perspectiva (semasiológica, onomasiológica)

Retomando essas questões, Fromm (2004) afirma que a denominação “Dicionário”, que, quase sempre, é a única empregada nos títulos de obras lexicográficas/terminológicas, não dá conta de toda a diversidade de materiais da área.

Para justificar essas declarações, o autor passa a confrontar cinco pilares: a normatização da ISO (1990), o modelo proposto por Barbosa (2001), o de Haensch (1982), a proposta de CITRAT/USP (ALVES, 2004) e algumas definições históricas.

Assim, ele expõe inicialmente o ponto de vista contido na ISO 1987, que define *dicionário* como “coleção estruturada de unidades lexicais com informação linguística sobre cada item” (ISO, 1990, p.10 apud FROMM, 2004, p. 1), *dicionário terminológico* ou *dicionário técnico* como “dicionário que contém dados terminológicos de um ou mais campos subjetivos específicos” (idem, ibidem), e *vocabulário* (para a ISO equivalente a um “*glossário*”) como um “dicionário terminológico que contém a terminologia de um campo específico ou de campos subjetivos relatados e baseado em trabalho terminológico” (ISO, 1990, p.10 apud FROMM, 2004, p. 2).

Fromm (2004) prossegue seu texto criticando as definições anteriormente apresentadas porque, segundo ele, embora a definição de “dicionário” seja clara, não se pode dizer o mesmo com relação às dadas a “dicionário técnico” e “vocabulário”, restando dúvidas quanto às diferenças entre essas duas últimas.

A seguir, ele apresenta ao leitor de forma extremamente didática e esquemática as considerações de Barbosa (2001), autora que distingue três tipos de obras lexicográficas: *dicionários*, *glossários* e *vocabulários*, baseando-se em cinco critérios: nível linguístico abrangido, objeto de trabalho, unidade, elementos apresentados e perspectivas adotadas pela obra. Dessa maneira, sob estes aspectos, um “dicionário” estaria no nível do *sistema*, trabalhando (sob uma perspectiva diacrônica, diatópica, diafásica e diastrática) não só com o

léxico disponível, como também com o virtual, tendo uma unidade com significado abrangente e frequência regular (o lexema), apresentando assim, ao menos teoricamente, todas as acepções possíveis de um mesmo verbete. Já um “vocabulário” apresentaria (sob uma perspectiva sincrônica e sinfásica) todas as acepções de um verbete inserido numa dada área de especialidade, trabalhando, portanto, no nível da *norma*, com conjuntos que se manifestam nessa área de especialidade, com uma unidade com significado restrito, embora com alta frequência (o vocábulo ou termo). E, por fim, trabalhando com conjuntos presentes em um único texto específico, um “glossário” estaria mais no nível da *fala*, por adotar uma perspectiva sincrônica, sintópica, sinstrática e sinfásica e apresentar uma única acepção do verbete (inserido dentro de um contexto específico), uma vez que trabalha o léxico de uma obra ou de um texto específico, com uma unidade com significado também específico e uma única aparição (a palavra ou glossa).

Já algumas publicações do CITRAT/USP acabam adotando “glossário” para se referir a uma obra terminológica que enfatiza situações de uso do campo econômico.

Outro ponto de vista comentado é o de Haensch (1982), para quem, segundo informações de Fromm (2004), “glossário” seria um sinônimo de “vocabulário” e estaria relacionado aos itens lexicais de um texto, de um autor ou de termos técnicos. Esse mesmo autor, ainda de acordo com Fromm (2004, p. 3), seria o responsável por classificar obras lexicográficas segundo dicotomias, como: “obras semasiológicas X onomasiológicas, normativas X descritivas e monolíngues X plurilíngues (bilíngues).”

Com relação à primeira dicotomia, pode-se dizer que se, por um lado, obras onomasiológicas teriam uma microestrutura que parte do significado para chegar ao significante, pois seriam macroestruturadas por conjuntos de assuntos, matérias ou conceitos; por outro, obras semasiológicas teriam uma ordenação alfabética no que se refere à macroestrutura, com uma microestrutura que pretende chegar ao significado partindo do significante.

Já quanto ao caráter, haveria obras descritivas, preocupadas em demonstrar como se dá efetivamente o uso dos vocábulos e obras prescritivas, normalmente voltadas para aprendizes, que dizem como os vocábulos devem ser utilizados/empregados.

O último critério utilizado por Haensch é o de quantidade de línguas envolvidas. Ou seja, são monolíngues as obras que versam sobre uma única língua e são plurilíngues as que abrangem mais de um idioma específico.

Em seguida, Fromm (2004) utiliza-se dessas últimas conceitualizações para analisar três obras lexicográficas quanto à macroestrutura e aos critérios (ou falta de critérios) adotados para se definir acepções ou entradas diferentes.

Em outro momento, o autor retoma Andrade (2000) para afirmar que a microestrutura de um verbete é composta basicamente dos paradigmas: informacional (classe gramatical, gênero, número, pronúncia, conjugação, homônimos, diferenças ortográficas, cronológicas, geográficas, etimologia, conotações etc.), definicional (com os semas e as unidades de significação) e pragmático (exemplos, abonações e demais formações contextuais, subdivididas nas colocações e fraseologia que compõem a parte sintagmática e nos sinônimos, antônimos, parônimos e hipônimos da paradigmática), além do de formas equivalentes (com a “tradução”) para dicionários bilíngues. Ele ressalta ainda a importância do lexicógrafo escolher, com extrema clareza, a macro e microestrutura de sua proposta lexicográfica de acordo com o público alvo ao qual ela se destina(rá).

Uma última questão levantada, por meio da apresentação das considerações de Cabré (1993), é a questão das “relações, traçadas dentro da obra lexicográfica/terminológica, entre os termos, mantendo a coerência semântica dessa.” (FROMM, 2004, p.7), as chamadas *remissivas*, subdivididas por Cabré em informativas (demonstram relacionamentos dentro de um campo semântico e/ou buscam aumentar as denominações ou conceituações) e prescritivas (visam demonstrar ou um uso prioritário ou que deve ser evitado, mediante a apresentação de alternativas).

O autor conclui que não há consenso quanto à organização nos níveis de macro e microestrutura de obras sobre o léxico e reafirma a inadequação de nomear indiscriminadamente todas essas obras simplesmente como “dicionários”.

Um último ponto de vista que julgamos digno de ser mencionado é o de Welker (2004), que propõe uma tipologia embasada em algumas distinções. A primeira delas seria entre “dicionários de língua”, de um lado e outras obras como enciclopédias, índices e almanaques, de outro. Já a segunda responde se a obra em questão é impressa ou eletrônica. A terceira, por sua vez, refere-se ao número de línguas (se a obra é mono, bi ou multilíngue). E a última difere o que seria um dicionário “geral” (que “[...] se caracteriza por ser alfabético, sincrônico, da língua contemporânea, arrolando sobretudo os lexemas da língua comum” (WELKER, 2004, p. 43)) e um dicionário “especial” (histórico, diacrônico ou onomasiológico, sendo que este último, também chamado de *ideológico* “[...] parte de conceitos para encontrar signos” (WELKER, 2004, p. 47), distinguindo-se assim de um

dicionário semasiológico ou *alfabético*, que “vai da forma, do lexema, ao significado” (*idem, ibidem*).

Há ainda uma subclassificação dos “dicionários gerais”, na medida em que “aqueles que registram os lexemas realmente em uso” (*idem, ibidem*) seriam *dicionários gerais seletivos*, enquanto “aqueles muito extensos [...] que incluem numerosos lexemas e termos não empregados na língua comum” configurariam os chamados *tesouros*.

Cabe ressaltar também que, com relação a *dicionários bilíngues*, geralmente apresentam **equivalentes** entre uma língua fonte, de partida e uma língua alvo e não **definições** como em monolíngues), Welker (2004) propõe alguns sub-tipos, embasando-se em três critérios: **direção** (ou escopo), **endereço do dicionário** (no sentido de qual é seu público alvo) e **função** (no que a obra pretende auxiliar).

Quanto à direção, a obra pode apresentar lemas em apenas um das línguas (sendo assim, *mono-escopal* ou *monolemática*) ou lemas⁵ das duas línguas, tanto na direção L1(língua de partida) - L2 (língua de chegada), quanto na direção L2-L1.

No que se refere ao endereço, um dicionário pode ser, consoante Welker (2004), *monodirecional* (dirigindo-se aos falantes de apenas uma das duas línguas) ou *bidirecional* (servindo aos falantes de ambos os idiomas).

E, por fim, com relação à função, as obras lexicográficas podem querer servir a uma única (“como tradução para a língua materna” (WELKER, 2004, p. 200), sendo *monofuncionais*) ou mais funções (*polifuncionais*).

Vale dizer ainda que Welker (204, p. 195), mensura graus de equivalência distintos: *equivalência total* (para “termos técnicos ou lexemas que designam objetos muito específicos, como *orquídea*”), *divergência* (quando “um único lexema (com vários sememas) na L1 → vários lexemas na L2”), *convergência* (“dois ou mais lexemas na L1 → um único lexema (polissêmico) na L2”), *multivergência* (“combinação da divergência e da convergência; é a relação mais comum; *flor* → ingl. *flower, blossom, bloom*; ingl. *bloom* → *flor, florescência, frescor, beleza*”) e *ausência de equivalência* (em áreas como “atividades e festividades, vestuário, utensílios, fatos históricos, comidas e bebidas, religião, educação e áreas especializadas”

⁵ Para Villalva & Silvestre (2014), “**forma de citação** ou **lema** identifica as informações lexicais paradigmáticas (que vão desde a representação fonológica, as formas morfossintáticas variáveis e as possibilidades semânticas) de uma dada “palavra”. Eles também exemplificam tais afirmações dizendo que normalmente as formas de citação de verbos e substantivos portugueses são, respectivamente, o infinitivo não flexionado e o masculino singular

Expostos, mesmo que não exhaustivamente, os principais conceitos que nortearão as análises metalexigráficas subsequentes, passemos à próxima seção.

4 METODOLOGIA DE TRABALHO

O objetivo principal desta seção é discorrer sobre quais foram os materiais e métodos de nossa pesquisa de IC, retomando – e também explicando melhor – algumas exposições já realizadas no artigo “Pesquisas lexicais de línguas indígenas: propostas metodológicas” (CAVALCANTE FERNANDES; MATEUS & VANETI, 2016, no prelo).

Com relação às etapas da pesquisa em questão, pode-se dizer que a primeira delas girou em torno da leitura e da elaboração de fichamentos, resenhas e resumos de bibliografia referente às áreas com as quais nossas investigações estabeleciam interfaces e/ou das quais retirávamos contribuições de natureza teórica.

Concomitantemente a isso, foram consultados acervos de bibliotecas e bancos de teses e de dissertações digitais online a fim de levantar o maior número possível de propostas lexicográficas de línguas indígenas brasileiras. Inicialmente, pensávamos que talvez este processo impusesse dificuldades porque cogitamos a possibilidade de serem relativamente escassas as obras em questão. Contudo, as dificuldades encontradas foram de outra ordem já que os navegadores não retornavam resultados satisfatórios quando nele se pesquisava “Obras lexicográficas de línguas indígenas brasileiras”.

Foi necessário muito tempo e empenho até que, em conversas com outros integrantes do grupo LINBRA, descobriu-se ser necessário digitar o nome do idioma a cujo dicionário bilíngüe desejava-se ter acesso.

Ademais, alguns dicionários, provavelmente por corrupção do arquivo em pdf ou por exigirem maior processamento em decorrência de seu tamanho em megabytes, “travavam” aplicativos computacionais e/ou custavam a ser executados (e quando eram, retardavam demais a apresentação da totalidade de cada uma das páginas). Exemplos disso foram o *Dicionário Kaingang-Português/Português-Kaingang* de Wiesemann (2011) e o *Dicionário Yuhupdeh-Português e Glossário Semântico Gramatical* de Silva & Silva (2012). Outros (como o *Vocabulário da Língua dos Borôros-Coroados do Estado do Mato-Grosso* de MAGALHÃES (1919) e o *Vocabulário dos Índios Umutina* de SCHULTZ (1952)), impunham dificuldades para a compreensão dos diacríticos utilizados pelos dicionaristas, principalmente por se tratarem de digitalizações de documentos que já foram desgastados pelo tempo. Levando-se em conta que estes não eram fontes seguras (dada a incerteza dos sinais utilizados) e que aqueles praticamente impossibilitavam a coleta de informações, eles não comporiam o banco de dados final, caso não fosse possível sanar essas questões, mesmo

depois que se refizesse o download dos arquivos e que as imagens coletadas fossem tratadas e seu conteúdo escrito revisado.

Entretanto, pudemos contar com as informações neles contidas, uma vez que, para ambos os casos, utilizamo-nos do navegador Google Chrome, que não só resolveu a questão dos travamentos – o que demonstrou ser tal problema provavelmente uma decorrência de incompatibilidade com o Adobe Reader 10.0 (que foi utilizado para a abertura e leitura das demais obras) -, como também possibilitou uma melhor visualização dos diacríticos e símbolos utilizados nas entradas, frases-exemplo e em toda micro-estrutura de nossas fontes de consulta.

Sanadas estas dificuldades iniciais, pudemos montar um corpus com 32 obras, nas quais, por meio de sua leitura integral, buscamos elementos referentes à música (seja nas entradas, frases-exemplo, abonações e/ou nas remissivas). Sempre que essa busca retornava resultados, tirava-se *print* dos verbetes inteiros dentro dos quais estavam esses elementos. Ou seja, eles eram recortados e transformados em imagens, com o auxílio do editor Macromedia Fireworks 8.

Para organizar estas imagens, foram criadas três pastas, “Análises” (em que eram adicionadas as observações preliminares sobre a estrutura de cada dicionário e as respostas do questionário por nós elaborado que se encontra em apêndice), “Dicionários” e “Imagens”. Na segunda pasta, os dicionários eram divididos em duas subpastas: “Lidos” e “Não-Lidos”, para evitar a releitura da mesma obra.

Mas, devido à grande diferença no uso de diacríticos e símbolos entre as obras consultadas, efetuou-se a digitação de todas as informações desses verbetes em planilhas do Excel divididas originalmente nas colunas PORTUGUÊS, LÍNGUA INDÍGENA (forma em que o termo aparece no idioma indígena), CLASSE (classe de palavras a que o verbeito pertence), ABONAÇÃO⁶, TRADUÇÃO (da abonação), OBSERVAÇÕES (de nossa autoria ou feitas pelo dicionarista), PRINT, PÁGINA e TRANSCRIÇÃO FONÉTICA/FONOLÓGICA (quando feita pelos autores).

Vale ressaltar que o preenchimento (ou não-preenchimento) de campos variava conforme as informações listadas nas obras de origem. Como o Excel não reconhecia essas imagens como parte integrante da célula, haveria necessidade de que elas, no mínimo, passassem por um posterior tratamento. Para evitar tal procedimento, decidiu-se salvar cada uma dessas imagens em subpastas (com os nomes das línguas de origem) dentro da pasta “Imagens” e adicionar apenas seu link nas tabelas preliminares.

No entanto, o fato de algumas obras trazerem o mesmo elemento musical em seções diferentes – este era o caso das que traziam uma seção com entradas em português, outra com entradas na língua indígena e, às vezes, uma terceira com tópicos - poderia implicar em redundância e dificuldade de identificação desses dados, pois eles apareceriam em linhas diferentes das tabelas. Para evitar esse problema, a todo o banco de dados foi inserida a coluna DIREÇÃO, na qual o elemento recebia a notação I-P caso estivesse na seção que apresentava entradas em língua indígena e equivalentes em português, ou P-I, caso estivesse na seção com entradas em língua portuguesa com seu equivalente na língua indígena abordada. Assim, apesar de o *Dicionário escolar Nambikuara-Português/ Português-Nambikuara*, compilado por Kroeker, M. ([s/ data]), por exemplo, listar o elemento flauta duas vezes, em nossas tabelas do excel essas duas ocorrências não podem ser confundidas, pois elas podem ser diferenciadas não apenas pela página na qual foram encontradas e obviamente pelos links a imagens diferentes, como também pela notação do campo Direção, ou seja se estavam na seção Nambikuara-Português (listada na tabela como I-P) ou Português-Nambikuara (P-I)⁷:

Figura 3: Exemplo de registro elementos reincidentes

DIREÇÃO	PORTUGUÊS	NAMBIKUARA	CLASSE	PRINT	PÁGINA
I-P	flauta	a ² ya ³ lxĩn ³ su ²	substantivo	BIKUARA\	27
P-I	flauta	a ² ya ³ lxĩn ³ su ²	substantivo	BIKUARA\	137

Fonte: Elaboração própria

⁶ É necessário salientar que há uma distinção entre abonações e frases-exemplo, na medida em que abonação é um exemplo retirado de uma situação real de uso, enquanto uma frase-exemplo (ou exemplo elicitado, perguntado) advém de uma pergunta feita ao índio de como se fala uma dada frase em sua língua. Em outras palavras, uma frase-exemplo seria o resultado de uma espécie de tradução feita pelo indígena de uma frase em português para a sua língua materna. Como as obras do nosso corpus, em geral, não informavam se as frases utilizadas para ilustrar as entradas eram exemplos ou abonações, decidiu-se nomear a coluna que receberia esses dados apenas como “ABONAÇÃO” – até mesmo para que a coluna não ficasse extremamente larga em decorrência de um título desnecessariamente extenso como ABONAÇÃO/FRASE-EXEMPLO.

⁷ O leitor certamente percebeu que as colunas ABONAÇÃO, TRADUÇÃO (da abonação) e TRANSCRIÇÃO FONÉTICA/FONOLÓGICA não aparecem na Figura 3. Não se trata de uma incoerência ao que afirmamos acima com relação à composição de nossas planilhas eletrônicas, pois esta e as demais imagens apresentadas representam pesquisas, recortes das tabelas do Excel. Ou seja, as colunas que não aparecem nas imagens equivalem a campos que encontram-se não preenchidos nas planilhas do Excel. Até porque, apresentar nesta monografia todas as colunas (mesmo as vazias) acarretaria em imagens horizontalmente muito largas que precisariam ser extremamente reduzidas neste documento – o que provavelmente prejudicaria a visualização dos dados.

Outra questão a ser resolvida foi encontrar uma maneira adequada de registrar *homônimos*, *elementos polissêmicos* e *sub-entradas*, até porque eles não eram muito comuns entre as obras do corpus, como será discutido na seção seguinte.

A título de nota, cabe abrir aqui um parêntesis para explicitar as diferenças entre os três termos destacados no parágrafo anterior.

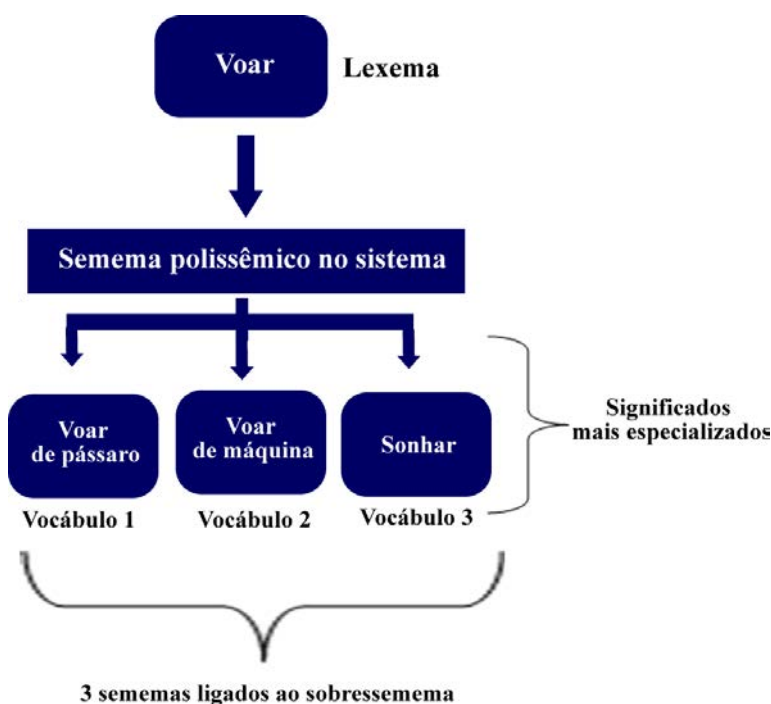
Segundo Welker (2002, p. 93) sub-entrada é “[...] item lexical – geralmente lexema composto ou complexo – que é tratado dentro do mesmo verbete do lema”. É utilizada, por exemplo, quando o dicionarista adiciona no mesmo verbete a explicitação de relações morfológicas ou, mais especificamente, se um dicionário traz cesta-básica dentro do lema *cesta*, trata-se geralmente de uma sub-entrada a esse lema principal. Já com relação a homônimos e elementos polissêmicos, pode-se afirmar que existem alguns critérios para distinção (etimologia, coincidência formal, semântica) e que, se, por um lado, *homônimos* são entradas diferentes do léxico que, embora não compartilhem entre si traços sêmicos, apresentam uma forma semelhante (homógrafos e/ou homófonos), um elemento polissêmico, por outro, equivale a um único item do léxico, que apresenta mais de um sentido, mais de uma acepção, sendo que elas têm relações semânticas entre si (MACIEL DE CARVALHO, 2012; MARTINS & ZAVAGLIA, 2013; VILLALVA & SILVESTRE, 2014; XATARA, BEVILACQUA & HUMBLÉ, 2011; ZAVAGLIA, 2003). Aliás, Villalva & Silvestre (2014, p. 200-204) propõem que lexemas de mesma classe gramatical e com a mesma expressão formal sejam agrupados no mesmo verbete.

A fim de ilustrar tal distinção, consideramos ser relevante trazer as considerações de Barbosa (1983). A autora, ao discutir sobre restrições e ampliação de significados, utiliza-se dos lexemas *pena*¹ e *pena*². Segundo ela, cada um desses homônimos, no sistema, é polissêmico, na medida em que possui mais de uma acepção, pois se *pena*¹ pode se referir ao ‘revestimento do corpo de aves’, a um ‘instrumento para escrita’ ou a uma ‘lâmina utilizada para escrever’, *pena*² abarca os sentidos de ‘castigo ou punição’; ‘dó’; e ‘mágoa ou tristeza’.

Contudo, quando se passa para um discurso jurídico, fica claro que se está utilizando o segundo lexema (*pena*²) e não o primeiro, mais especificamente a noção de ‘punição/castigo’.

Barbosa (1983) também utiliza como exemplo o lexema **voar** que, no Português brasileiro, configura-se no nível do sistema como um semema polissêmico, já que tem três significados mais especializados, três vocábulos ou, em outras palavras, três sememas ligados a um sobressemea, como esquematizado abaixo:

Figura 4: O lexema voar



Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em Barbosa (1983)

Fechado este parêntesis, cabe dizer que foi possível uma sistematização coerente de tais elementos em nosso banco de dados graças, sobretudo, ao uso das propostas realizadas por Fernandes (2015). Seguindo as instruções do referido autor, os lexemas polissêmicos foram anotados nas planilhas com algarismos crescentes entre parêntesis e à direita, a depender da ordem da aceção para casos de polissemia. Já algarismos sobrescritos foram utilizados para diferenciar homônimos e subscritos para particularizar subentradas. Em casos esporádicos (e até raros), houve acúmulo de marcações, a depender da organização estrutural definida pelo lexicógrafo. Nestes casos, ainda seguindo as considerações de Fernandes (2015), a ordem da leitura deve ser sempre da esquerda para a direita e é tão importante que $W(3)_1$ representa uma sub-entrada dentro da 3ª aceção do elemento W. Mas $W_1(3)$ seria a terceira aceção de uma subentrada.

A fim de encerrar esta seção, passamos a exemplificar o procedimento comentado anteriormente. Na imagem abaixo, retirada do “Dicionário da Língua Kadiwéu” de Griffiths (2002), vemos, que dentro do mesmo verbete do lema –atenaga há duas subentradas (que, como tal, receberam uma notação sub-escrita, como demonstra a Figura 6), sendo que a última das quais traz, além do acréscimo da nasal no ataque da primeira sílaba do radical, uma reduplicação das duas sílabas finais (naga):

Figura 5: Exemplo de registro de subentradas

-atenaga <i>vi</i> tocar instrumento
-ate(tigi tocar (instrumento)
natenaganaga tocador

Fonte: Griffiths, G. (2002, p. 29)

Figura 6: Exemplo de registro de subentradas

DIREÇÃO	PORTUGUÊS	KADIWÉU	CLASSE
I-P	tocar instrumento	-atenaga	verbo intransitivo
	tocar (instrumento)	-ate(tigi) ₁	
	tocador	natenaganaga ₂	

Fonte: Elaboração própria

Diferente disso, vemos que a Figura 7 ilustra um único item lexical, para o qual, de acordo com Wiesemann (2011), há em Kaingang três significados (som, canto e ronco) relacionados entre si. Mas, levando-se em consideração que apenas os dois primeiros relacionam-se explicitamente com o campo lexical da música, somente eles foram adicionados no banco de dados, seguindo a notação demonstrada a seguir (Figura 8):

Figura 7: Exemplo de casos de polissemia

kyr <i>sub.dep.sg.</i> som, canto, ronco. Kamĩjũ kyr, ha mẽ! Escute o ronco de caminhão!
--

Fonte: Wiesemann (2011, p.59)

Figura 8: Exemplo de registro de polissemia

DIREÇÃO	PORTUGUÊS	ARIKAPU	CLASSE
I-P	som	kyr (1)	Substantivo dependente singular
	canto	kyr (2)	

Fonte: Elaboração própria

Um exemplo desta transferência com uma tabela na qual constam todos os campos encontra-se em apêndice. Neste exemplo, apresenta-se uma imagem sobre alguns dos dados que puderam ser coletados da produção de Wiesemann (2011) sobre os Kaingang. Nas “notas sobre ortografia” de tal obra, aliás, a autora faz a seguinte declaração: “Um primeiro passo para a harmonização da escrita, foi o de abandonar certas variações morfológicas do dialeto

do Paraná, por serem antigas e quase desconhecidas nos outros dialetos.” (WIESEMANN, 2011, p. 9).

Mas ela não explica como esse abandono foi realizado (ou se essas formas foram proibidas), nem se ele foi uma decisão conjunta com o povo autóctone (ou uma imposição).

Também fica pouco claro se os “dialetos” têm tal estatuto do ponto de vista lingüístico ou do social.

Aliás, o fato dessas variantes morfológicas serem “desconhecidas” nas demais variedades pode indicar que elas não são mutuamente inteligíveis e, que, portanto, são línguas diferentes do ponto de vista lingüístico.

Antes de apresentarmos as análises propriamente ditas, resta dizer que, tendo em vista que os projetos do grupo LINBRA referidos anteriormente ainda estão em desenvolvimento, continua em estudo o uso dos programas de trabalho com corpora e do servidor da faculdade para a montagem e disponibilização do banco de dados online.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, pretende-se realizar uma análise geral e de natureza qualitativa de todas as obras do corpus. Para tanto, com relação a questões formais, seguimos os critérios postulados por Welker (2004). Assim, mesmo que alguns de seus dicionaristas, por falta de embasamento teórico adequado as denominem “Vocabulário ou Glossários”, seria possível classificar as obras do corpus como *dicionários de língua* (pois, em vez de trabalhar apenas uma área de especialidade (como fariam vocabulários) ou o léxico da obra de um autor ou de um texto específicos (como glossários), elas tematizam o nível do sistema, tentando trabalhar todo o léxico virtual disponível), *não impressos* (arquivos digitais em pdf), *bilíngues, gerais* (pois não são históricos, nem etimológicos, mas sim de uma sincronia específica) e *seletivos* (tendo em vista que não registram, como tesouros, itens lexicais não utilizados na língua comum).

Com relação à *função*, a maioria mostra-se voltada à tradução, auxílio no ensino-aprendizagem de português pelas comunidades indígenas ou pretende oferecer contribuições à continuidade dos estudos das línguas de tais comunidades.

Ademais, embora grande parte seja mono-escopal, por apresentar lemas apenas na língua indígena, também se fizeram presentes dicionários bi-escopais (com lemas em português em uma seção e lemas nas línguas dos povos em estudo em outra), de modo que o endereçamento normalmente é a falantes de português e/ou índios aprendizes de português.

Cabe ressaltar também que, por meio da bibliografia e da metodologia já explicitadas, foi possível realizar o levantamento de cerca de 2000 verbetes potencialmente referentes à música e notar que alguns dos “dicionários” são, na verdade, apenas “listas de palavras”, pois apresentam apenas a entrada e o equivalente em Português, sem observações, remissões e/ou imagens, com poucas ou nenhuma frase-exemplo/abonação, como ocorre na ilustração abaixo do “*Dicionário por Tópicos Kaapor-Português*” de Kakumasu & Kakumasu (2007):

Figura 9: Exemplo de “lista de palavras”

A.12.9 Iguais e Diferentes	
aja (-ja)	assim
aja ihé akwa	eu entendo assim
aja pandu	assim ele falou
ame'êja (ame'enja)	eu vim assim como aquele (ame'ê, aquele referido)
ajur	
aja saka	como assim (saka, como)
amõ	outro; diferente
amõ kotyhar	pertence ao outro grupo (amõ, outro; koty, direção; har, nom.)
peme'ê amõ kotyhar	esse é diferente (no sentido de que é de outra raça)
juja	é igual
juja katu ame'ê	aquele é exatamente igual (katu, intensivo; ame'ê, aquele referido)
juja ym	não é igual
jumanga	ele finge-se de
ipái ke jumanga	fez de conta que era pai dele
manõha ke jumanga	fingiu-se de morto
kuja	assim
kuja emujã	faça assim
saka	como
wajar saka emujã	faça igual a outra banda
wajar	a banda

Fonte: Kakumasu & Kakumasu (2007, p. 43)

Tal estrutura era ainda muito comum quando os “dicionários” se diziam bidirecionais e apresentavam uma lista de palavras com entrada em uma dada língua Indígena e seu equivalente em Português e em seguida apenas mudavam a ordem das mesmas unidades lexicais (e muitas vezes das mesmas frases-exemplo – quando essas apareciam) para entradas em Português e equivalente na língua Indígena, normalmente sem nem mesmo apresentar a classe dessas entradas – o que seria, em nossa opinião, necessário para consulentes aprendizes de Português, cuja língua mãe é um idioma indígena.

Como se vê nas imagens seguintes, o elemento “apito” aparece em três seções diferentes da obra supra-citada, ora como entrada, ora como equivalente, mas com cada vez menos informações a cada ocorrência:

Figura 10: Primeira ocorrência do elemento “apito”

B.4.2 Ornamentos	
wyrahú kangwer	o apito feito do osso do harpia (águia-real) com pluma de arara (homem); (wyrahú, águia-real; kangwer, osso)

Fonte: Kakumasu & Kakumasu (2007, p. 54)

Figura 11: Segunda ocorrência do elemento “apito”

wyjj	(B.7.1)	ele desce
wyrahú	(A.7.4)	o gavião-pomba-grande; gavião-vaqueiro
wyrahú kangwer	(B.4.2)	o apito feito do osso do águia-rei
wyrahupy	(A.7.4)	a águia-pesqueira; curucuturi; gavião-pintado; gavião-do-brejo; gavião-pedrés; tauató

Fonte: Kakumasu & Kakumasu (2007, p. 144)

Figura 12: Terceira ocorrência do elemento “apito”

aparece (3sg -); nasce	uhem	(B.2.1) (B.8.1)
aparecer (ele faz -)	muhem	(B.12)
aparição (ele viu uma -)	awa'ã a'e usak	(C.1.2)
aperta (ele -); faz grudar	mujar	(B.5.3) (B.12)
apito	wyrahu kangwer	(B.4.2)
apontado; afiado	hanxĩ (v. desc.)	(A.12.3)
aprende (ele -)	jumu'e	(C.1.1)
aprende facilmente	iankã pিরer	(C.1.1)
aprende rapidamente; entende	pahar pyhyk	(C.1.1)
apuí	apo'i'y	(A.8.4)

Fonte: Kakumasu & Kakumasu (2007, p. 148)

Esse mesmo dicionário, aliás, está entre os que infelizmente desmerecem a imagem do indígena com equivalentes como “piolhos dele”, o que pode passar para os leitores a noção errônea de que os Kaapor são piolhentos:

Figura 13: Questões que podem desmerecer a imagem do indígena

inambi	a orelha dele
inambikwar	a orelha furada dele
ipyakwar	o ouvido interior dele
ipykã	a testa dele
ixy	os piolhos dele (da pessoa) , dos pássaros); a pulga dele (dos animais)
-ky	o piolho; a pulga
jawar ky	a pulga do cachorro
juru	a boca e os lábios
jurukwar	a garganta
juru pিরer ra	o bigode
jutuwa	os cabelos longos

Fonte: Kakumasu & Kakumasu (2007, p. 148)

Esse tipo de estrutura (simplesmente a entrada e equivalente em Português) dificultava muito a apreensão de sentido e por isso esses elementos foram descritos como “potencialmente” referentes à música. Como exemplificado na imagem a seguir, na página 9 do dicionário Apalaí de Koehn & Koehn (1995), por exemplo, é difícil saber se “tocando” refere-se a algum instrumento musical ou não, já que não há evidências morfológicas para isso, pois os autores não listam “tocar instrumento musical” o que possibilitaria uma comparação dos radicais. Portanto, permanece uma dúvida e, por isso, esse termo permaneceu nas tabelas:

Figura 14: Exemplo de verbete com sentido dúbio

apoïko (vt) agarrando; pegando Ananapoipyra ehtoko. Não pegam um ao outro.
apoixime (adj) não é fácil de pegar
apokâko (vt) cortando varas, folhas de açaí, banana, etc Papa toytose pyrou apokase. O pai foi para cortar flechas.
apôko (vt) tocando; torrando
apôme (s) base de; alicerce
aponãko (vi) parando Otarame mōtahta aponãko konopo mana. Talvez a chuva vai parar mais tarde. aponara sem parar veja: etypohnōko

Fonte: Koehn & Koehn (1995, p. 9)

O mesmo ocorre com o verbete “Tambor: Toróro”, listado na página 296 do “*Dicionário Kaingang-Português*” de Val Floriana (1920). Não é possível saber se se trata apenas de um recipiente cilíndrico para armazenar e transportar líquidos ou se refere a um instrumento de percussão. E, embora não haja dúvida de que o elemento “Taquara” é um instrumento musical, não é possível encontrar na obra respostas para as perguntas: “como e em que danças/situações é utilizado?”, “como é produzido?”, “por quem é tocado?”, “em quais situações?”, “com quais finalidades?”:

Figura 15: Exemplo de verbetes com sentido dúbio

TAMBEM: <i>Ningá, ningé.</i>
TAMBOR: Toróro.
TAMPA (da paúlla, etc.): <i>Ti nifé--nifé, fechar--ti krita.</i>
TANGA: <i>Veipefin, rainpefin, veixpefin; grêka.</i>
TANQUE: <i>Góio nifé (agua parada)--nifé, fechado.</i>
TAPAR: <i>Krinke.</i>
TAPIR: <i>Ojôro.</i>
TAQUARA: Tuquã = 1 instrumento musical de taquara para tocar nas danças: Gringrêin tuquã-gringrêin dança (grin, divertimento)--y, connectivo--rêin, pular.

Fonte: Val Floriana, M. B. (1920, p. 296)

Além disso, embora grande parte das propostas de dicionário seja composta de dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações da Sociedade Internacional de Linguística (SIL), não são todas as obras do corpus que trazem bibliografia, anexos, apêndices e explicação das abreviaturas utilizadas, predominando, de modo geral, uma escassez de informações e ausência de imagens para ilustrar as entradas, de tal forma que notas sobre a cultura, descrições da língua do povo em questão e discussões sobre a existência (ou não) de uma escrita ortográfica para a língua indígena em questão não são muito frequentes.

Aliás, há ainda questões de “incorrecções” com relação à ortografia portuguesa principalmente para as obras que versavam sobre povos que viviam muito próximos a falantes de espanhol. Um dos dicionários chega, inclusive, a escrever muitos termos em espanhol, mesmo constando no título que é uma obra em Português.

Outra questão digna de nota é que a maioria das obras apresentava como instrumentos musicais apenas termos como “chocalho”, “flauta” e “tambor”. Exemplos disso podem ser observados nas imagens abaixo:

Figura 16: Alguns instrumentos musicais

fingir	<i>on-(-ao)</i>
fino	<i>nipegedi</i>
fixar em	<i>-exocagadi(teloco)</i>
flauta	<i>natena</i>
flecha	<i>nopitena</i>
flecha de	<i>-opitena</i>
flecha dele	<i>lopitena</i>

Fonte: Griffiths, G.(2002, p. 204)

Figura 17: Alguns instrumentos musicais

za'u'e:	"tuiuiú; jaburu"
zâbzu ti:	"está dengoso (estar)"
zâre:	"chocalho; guizo"

Fonte: Hall, J.; McLeod; R. A. & Mitchell, V. (1987, p. 124)

E mesmo quando isso não ocorria, ainda havia outros problemas. O Dicionário Kaapor (figura 14), por exemplo, apresenta violão, violino e até harpa. Mas não há imagens e nem informações culturais complementares aos verbetes:

Figura 18: Alguns instrumentos musicais

<i>D.4.3 Instrumentos Musicais</i>	
ararape	o violão (parece que qualquer instrumento com corda é chamado <i>ararape</i> , mas pode acrescentar <i>ararape kytyk</i>)
ararape hykýi	a sanfonina
ararape kytyk	o violino (<i>kytyk</i> , puxar)
araraperan	a harpa
ha'ã	ele imita (ao cantar; o cantor imita os pássaros)
jumi'a	a corneta (feita de madeira cedro)
jyngar	ele canta
myra je'ê katu	a gaita (lit.: o pau que fala bem)
peju	ele sopra (flauta, gaita, corneta)
takwar ra'yr	a flauta de bambu
tambor	o tambor (nos velhos tempos, os índios imitavam os guaribas usando tambores)

Fonte: Kakumasu, J. Y. & Kakumasu, K. K(2007, p. 95)

Neste aspecto entra não só o caráter de potencialidade, pois, devido às questões já comentadas, muitas vezes era difícil saber se “tambor” e “chocalho” tratavam-se mesmo de instrumentos musicais indígenas ou referiam-se, respectivamente, a um recipiente e à

formação caudal de cascavéis; como também as considerações levantadas por Seeger (1987) de que é redutor e até errôneo traduzir uma imensa variedade de instrumentos à nomenclatura “flauta”, dadas as diferenças de função, de matérias-primas, de situações de uso e de estrutura que todos esses diversos instrumentos têm entre si e em relação ao que nós chamamos de “flauta”. Ou seja, pode ser que esses instrumentos não tenham os mesmos valores culturais nas duas comunidades.

E, por falar em “valor”, vale a pena retomar a definição saussuriana do termo. Para Saussure (2012), as línguas não são nomenclaturas, etiquetas para nomear algo pré-existente, já que não existem elementos anteriores a um sistema lingüístico. Para o mestre genebrino, qualquer entidade lingüística define-se diferencialmente de acordo com sua função no interior do sistema, por isso na língua só há diferenças. O valor de um signo provém da diferença com outros signos. (FIORIN, 2013). Cada um dos elementos lingüísticos tem seu valor na relação de oposição com os demais. O “a”, por exemplo, segundo Fiorin (2013, p. 104), é uma preposição quando se opõe, no sistema do português, a “em” e a “de”, mas é uma vogal temática quando executa relação opositiva em cantar com o “e” de verbos como beber e com o i de verbos como dormir.

Deste ponto de vista, não seria muito adequado trazer simplesmente a entrada em português e o equivalente em língua indígena (ou vice-versa), porque “flauta” e “natena”, por exemplo, estão inscritos em sistemas lingüísticos diferentes (o primeiro do Português e o segundo do Kadiwéu), se opondo a elementos lingüísticos distintos e tendo, portanto, valores também diferentes, linguisticamente falando.

Uma última prova do que vem sendo comentado é o “*Vocabulário dos índios Umutina*” de Harald Schultz (1952), publicado originalmente no *Journal de La Société des Américanistes*. Apesar de esta obra apresentar ao seu final, como uma espécie de apêndice, transcrições de algumas músicas indígenas, explicando o que elas significam – o que é excelente, não exhibe essas questões nos verbetes, porque é também uma lista de palavras com apenas 31 páginas (duplas):

Figura 19: Os verbetes do Vocabulário dos índios Umutina

Flauta de buriti.....	mánišú
Flauta grande.....	zârñimbükwá, com 2 bucais kató-flauti-unísona
Flauta pequena.....	katápθē (vide “taquara”)

Fonte: Schultz, H. (1952, p. 15)

Essa quantidade de páginas é muito próxima ao “*Dicionário Wajapĩ-Português*” de Olson (1978). Trata-se de um dicionário organizado em 23 páginas e por tópicos, mas

também resumido a uma lista de palavras com entrada na língua indígena e equivalentes em português, quase sem abonações/ frases-exemplo, classe de palavras, imagens e nem informações culturais e que lista apenas quatro verbetes na seção “Música e Instrumentos”:

Figura 20: Escassez de informações

4.2 Música e Instrumentos	
so'okagwe	flauta feita de osso de veado
ture	flauta feita de cana
kino	rádio
ajiga	cantar


Fonte: Olson, R.(1978, p. 22)

Claro que devemos relativizar um pouco a crítica porque seria hipocrisia esperar que uma obra de 1952 ou de 1920 tivesse fotos digitais dos instrumentos musicais e das festas. Mas talvez ilustrações feitas pela própria comunidade indígena e descrições mais aprofundadas fossem mais interessantes e mais úteis aos índios e demais leitores dessas obras.

Uma das poucas exceções às nossas observações gerais é a “*Proposta de um dicionário bilingüe Terena-Português*” de Denise Silva (2013) que é, a nosso ver, de longe a de maior qualidade porque foge de praticamente todas essas observações, apresentando, como se pode ver a seguir, imagens, abonações, remissões e notas sobre os termos e sobre a cultura do povo indígena:

Figura 21: Exemplo de verbete

etakati oxopeti n. flauta. Kalisoti ra etakati. “A flauta é fina” (→ huxo'e etakati)



Fonte: Silva, 2010.

A flauta confeccionada de forma artesanal com taquara é um dos principais instrumentos musicais do povo; acompanhada pelo pepeke, dá ritmo às danças tradicionais.

Fonte: Silva, D. (2013, p. 153)

Figura 22: Exemplo de verbete

pepeke n. tambor (instrumento musical). Kalhaxo ra pepeke. “O tambor é pequeno”. Oritine exoati itukea ne pepeke. “O tambor já é uma raridade”.



Fonte: Silva, 2011.

Instrumento musical típico nas danças tradicionais, é feito artesanalmente, esculpido na madeira da ximbuva com acabamentos de madeira de genipapo e couro de animais como veado, bugio e macaco. Segundo os anciãos indígenas, é utilizado o couro destes animais porque eles cantam alto, o som é ouvido de longe que é a finalidade deste instrumento, um som alto e bonito que seja ouvido de longe.

Fonte: Silva, D.(2013, p. 226-227)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto nas seções anteriores, cremos que foi possível compreender que, comparando os trabalhos atuais com os inconsistentes e incompletos realizados até a década de 1980, a documentação e o estudo científico das línguas indígenas brasileiras já avançaram consideravelmente. Contudo, ainda restam lacunas a preencher.

Entre elas está o desenvolvimento de pesquisas e obras lexicográficas que, não só apresentem embasamento teórico considerável, como também abarquem termos cujos significantes escritos realmente reflitam a função e significados que esses signos possuem na comunidade e no idioma indígena em questão, em vez de se reduzirem a meras “traduções” genéricas ou até mesmo errôneas.

Além disso, como atestam Seki (2000) e Corbera Mori (2013), estudar e documentar cientificamente línguas indígenas brasileiras é relevante para o conhecimento linguístico, na medida em que pode contribuir não só com o debate de teorias, como também com a melhor compreensão da linguagem humana.

O maior exemplo disso é a afirmação do lingüista norte americano Daniel Everett de que o sistema da língua dos Pirahã não se utilizaria de alguns elementos, como a recursividade, que, segundo Chomsky, pertenceriam a todos os idiomas humanos. Se aceitarmos que tal povo indígena brasileiro é humano e se Everett estiver correto, a teoria gerativa estará equivocada.

Obviamente, esta monografia não pretendia fazer oposição ao referencial teórico-metodológico gerativista e nem desmerecê-lo. Muito menos desmerecer os autores das obras lexicográficas aqui analisadas.

Mas, de qualquer maneira, espera-se ter demonstrado que a documentação lexicográfica de línguas indígenas brasileiras quanto aos sistemas de saberes e práticas musicais ainda é deficitária em muitas questões, pois, em nossa ótica, grande parte das obras analisadas não consegue chegar ao êmico (a abstrações, ao que determinada realização significa no sistema daquele povo), pois não abordam nem mesmo o ético (todas as realizações possíveis) em profundidade (CAMPOS, 2002; FARGETTI, 2016).

É difícil chegar a abstrações (“instrumentos musicais exclusivos de homens”, “dos pajés”, “das mulheres” ou “músicas para rituais funerários”, “músicas sagradas”, “músicas para momentos comemorativos”) quando não são listados quais os instrumentos musicais de um povo, anotando apenas flauta, chocalho e/ou tambor. Em minha ótica, fazer isso é similar

ao processo de levantamento do inventário fonético-fonológico de determinado idioma que anota apenas alguns sons de uma língua, deixando os outros na obscuridade.

É claro que nem sempre os índios julgam o pesquisador “digno” de conhecer e documentar algum conhecimento por eles tido como sagrado ou importante e, muitas vezes, as condições e o tempo curto para realizar a pesquisa acabam atrapalhando os resultados.

No entanto, reduzir mais de um instrumento (como diz Seeger (1987) e como alguns dicionários fazem ao colocar apenas a entrada em português “flauta” com uma lista de unidades lexicais indígenas) antes de uma análise e apresentar apenas o elemento mais geral (“música”, mas não dizer quais as músicas existentes), compromete o *êmico*⁸.

Além disso, chamar dois (ou mais) instrumentos indígenas de sopro de tamanhos e materiais diferentes de flauta é, a nosso ver, semelhante a dizer que determinado idioma em estudo apresenta fricativas. Mas em que contextos elas ocorrem, quais os pontos de articulação, são vozeadas ou desvozeadas? Como saber, por essa descrição, se nesse idioma aparecem [s] e [z], se esses dois sons estão se opondo, causando diferença de significado e, sendo, portanto, fonemas diferentes, ou se são apenas variantes do mesmo fonema, como [t] e [tʃ] em português? Como saber se dois instrumentos, por exemplo, “flauta feita de osso de veado” e “flauta feita de cana” (como aparece em OLSON (1978, p. 22)) também têm significados diferentes para essa comunidade (são usados por pessoas diferentes, em situações diferentes, com finalidades também diferentes), ou são apenas variedades do mesmo instrumento?

Pelo que foi exposto nesta monografia, de modo geral, essas questões não são respondidas satisfatoriamente pelas obras lexicográficas do corpus analisado.

⁸ Essa distinção entre *ético* e *êmico* para estudos antropológicos e áreas afins advém de uma interpretação e reutilização da distinção entre *fonético* e *fonológico* (ou *fonêmico*) que é cara à Linguística, principalmente às investigações de Pike (1966; 1971)

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. *Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010. 119 p.
- ALVES, P. M. *O léxico do Tuparí: proposta de um dicionário Bilíngüe*. Araraquara: Unesp (Tese de doutorado), 2004. 286 f.
- ANDRADE, O. *Poesias Reunidas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- BARBOSA, M. A. *Contribuição ao estudo de aspetos da tipologia de obras Lexicográficas*. Publicação da Comissão Especial de Terminologia, São Paulo: ABNT/IBICT, 1993.
- _____. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, I. M. (Org.). *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. 2 ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001. p. 23-44.
- BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus: histórico e problemática. *DELTA*, São Paulo, v.16, n.2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2014.
- BERTO, F. de F. *Nomes de aves em Juruna: estudo lexicológico*. Monografia (conclusão de curso), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, 40: 27-46, 1996.
- BUGUEÑO MIRANDA, F. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. *Alfa*, São Paulo, 58 (1): 215-231, 2014.
- CAGLIARI, L. C. *Questões de morfologia e fonologia*. Edição do Autor: Campinas, SP. 2002.
- CAMPOS, M. D. Etnociência ou Etnografia de Saberes e Técnicas? In: *Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas*. Rio Claro: Unesp/CNPq, 2002.
- CARVALHO, E. de A. Pauperização e indianidade. In: JUNQUEIRA, C. & CARVALHO, E. de A. *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo, Cortez, 1981. p. 7-18.
- CAVALCANTE FERNANDES, D.; MATEUS, I. D. & VANETI, L. L. *Pesquisas lexicais de línguas indígenas: propostas metodológicas*. 2016. (no prelo).
- CECCARELLI, P. R. A invenção da homossexualidade. In: *BAGOAS – estudos gays, gêneros e sexualidades*, Natal, 2, 71-93, 2008
- CORBERA MORI, A. H. Teses e Dissertações sobre línguas indígenas apresentadas no Instituto de Estudos da Linguagem (IEI-UNICAMP): 1977-2008. *Liames (UNICAMP)*, v. 7, p. 109-123, 2008.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARGETTI, C. M. Céu e terra: relações em um mito juruna. *Impulso*, v. 17, p 105-119, 2006.

_____. *Estudios del léxico de lenguas indígenas: ¿terminología?* 2015 (no prelo).

_____. *Linguística em interface com a Botânica; Linguística em interface com a Astronomia; Metodologias para trabalho com línguas minoritárias*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. 15 a 24 fev. 2016. Aulas ministradas aos pós-graduandos, ouvintes e alunos especiais do turno diurno matriculados na disciplina concentrada “Terminologia Etnográfica”.

FARGETTI, C. M. & MIRANDA, T. G. Plurilinguismo: a diversidade que não é abordada nos livros didáticos. *Revista Letras Raras*, vol. 5, Ano 5, nº 3, 2016. p. 79-88.

FARGETTI, C. M. & VANETI, L. L. *Revista Letras Raras*, vol. 5, Ano 5, nº 3, 2016. p. 9-24.

FERNANDES, D. C. *O campo lexical da cosmologia em dicionários de línguas indígenas brasileiras*. Monografia de Graduação, Araraquara: UNESP, 2015.

FERRARI, L. Categorização. In: _____. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, J. L. O projeto semiológico. In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N. & BARBISAN, L. B. *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 99-112.

FREUD, S. O mal-estar da civilização. In: Sigmund Freud obras completas. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Tradução de Paulo Dias Correa. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FROMM, G. Obras lexicográficas e terminológicas: definições. *Revista Factus*, nº 2, 2004.

GAMBINI, R. *O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GNERRE, M. Linguagem, poder e discriminação. *Linguagem, Escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 5-11.

GREGOLIN, M. R. *Althusser; A obra de Michel Foucault*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-set. 2016. Aulas ministradas aos graduandos do turno diurno matriculados na disciplina “LNG1220 - Teorias do Discurso”.

GRIFFITHS, G. *Dicionário da língua Kadiwéu*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 2002. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http>

%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2Fkddict.pdf&ei=B6zYVLPaFfOAsQT3v4L4BA&usg=AFQjCNETwM2DeBgXP3dlOSb_fJMI_rWK6Q&sig2=jiPCIOh-I4NmID1cNr4prw>. Acesso em: 28 nov. 2014.

GUIMARÃES ROCHA, E. P. *O que é etnocentrismo?* Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HALL, J. et al. *Pequeno dicionário Xavante-Português/Português-Xavante*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2Fvxvdict.pdf&ei=K6zYVKCTFam0sASrnYHIDA&usg=AFQjCNHZ2nfORW7kbXgR8Ve5S_FmbW8OzQ&sig2=B5OruOnOG1O7cU1_-qlyXw>. Acesso em: 13 dez. 2014.

KAKUMASU, J. Y. & KAKUMASU, K. *Dicionário por tópicos Kaapor-Português*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 2007. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2FUKDict.pdf&ei=_ajYVNSNacO1sATLzYDYAw&usg=AFQjCNG32N3gH84aP0oRSzBNfW_xqwbZlA&sig2=gl3iszY9ybdInrEC1ruOgA&bvm=bv.85464276,d.cWc>. Acesso em: 28 out. 2014.

KOEHN, E. H. & KOEHN, S. S. *Vocabulário Básico Apalaí-Português/Dicionário da Língua Apalaí*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 1995. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2Fapdict.pdf&ei=D6rYVLS4GPDgsATqoIHAAw&usg=AFQjCNFgWQvYtDCHVj8blTzxQEgCCIfOEQ&sig2=e2mGJp769pEak1-NOSAf3Q&bvm=bv.85464276,d.cWc>>. Acesso em: 02 set. 2014.

KRIEGER, M da G. & FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

KROEKER, M. *Dicionário Escolar Bilingue Nambikuara-Português/Português-Nambikuara*. Porto Velho, Cuiabá: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, [s/data]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2FNBDic.pdf&ei=s6zYVJWEP07msATP2oCwAQ&usg=AFQjCNH8H3URC6DyGD-qwf63Mp709NU6Dw&sig2=mmbmVnhNF4c64-uN3TRBxQ>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

KUPFER, M. C. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 2000.

LAROCA, M. N. C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 1994. p. 21-43.

MACIEL DE CARVALHO, M. C. Análise metalexiconográfica do dicionário da língua Baniwa. In: FARGETTI, C. M. (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2012. p. 353-366.

MAGALHÃES, Basílio de. *Vocabulário da Língua dos Borôros-Coroados do Estado do Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1919. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.etnolinguistica.org%2Flocal--files%2Fbiblio%3Amagalhaes-1918-vocabulario%2Fmagalhaes_1918_vocabulario&ei=RarYVIm7EofHsQT1g4C4DQ&usg=AFQjCNFujPHHGFnLzryK2m-A-UilfYbzGQ&sig2=06uohakODOMqY9zk1NLDCQ&bvm=bv.85464276,d.cWc>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MARTINS, S. de C. & ZAVAGLIA, C. As cores da fauna e da flora: um dicionário especial composto por cromônimos. *ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, São Paulo, 42 (1): p. 245-256, jan-abr 2013.

MENEZES BASTOS, R. J. de. *A Musicológica Kamayurá: para uma Antropologia da Comunicação no Alto Xingu*. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1978. 241 p.

MINARDI, D. Mídia e Representações Sociais Indígenas: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá. In: *Anais III Conferência Sul-Americana/ VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã*. Unicentro, Brasília, 2012.

MINER, H. Ritos corporais entre os Nacirema. In: ROONEY, A.K. & VORE, P.L. (Orgs.). *YOU AND THE OTHERS - Readings in Introductor y Anthropology*. Cambridge: Erlich, 1976.

MIRANDA, M. A música indígena no Brasil: movimentos de um repertório em retração. In: FARGETTI, C. M. (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2012. p. 101-126.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia Portuguesa*. Campinas: Pontes, 2002. p. 11-21.

NEVES, I. dos S. & SILVA, V. L. Análise discursiva e da imagem dos indígenas que foram veiculados no jornal O Liberal nos anos de 1990 e 2011. Trabalho apresentado no *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013*.

OLSON, R. *Dicionário por tópicos nas línguas Oiapiti (Wajapiti)-Português*. Cuiabá: Associação Internacional de Lingüística - SIL Brasil, Edição Online, 1978. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublicns%2Fdictgram%2FWPDict.pdf&ei=Yq3YVK-oHO3asASbs4GwBw&usg=AFQjCNE--X8BNiASyT1CFqSSkM8wD-3ctQ&sig2=x8Wqo4_cmGIFzjORbHTeA>. Acesso em: 08 jan. 2015.

PEIXOTO FARIAS, E. M. A relação entre léxico e dicionário. *Revista de Letras*, nº 20. vol. 1/2 – jan/dez. 1998. P. 77-80.

PIEIDADE, A. T. de C. A Etnografia da Música segundo Anthony Seeger: clareza epistemológica e integração das perspectivas musicológicas. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 17, 2008, p. 233-235.

PIKE, K.L. *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. Hague: Mouton, 1966.

_____. (1971). *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*, Ann Arbor: The University of Michigan Press(1ª ed. 1947).

ROCHA, A. P. A. Relações de sentido entre os diversos usos de mas: a formação de uma rede polissêmica motivada metaforicamente. *Estudos linguísticos*, São Paulo, 37 (1), p. 121-130, jan.-abr. 2008.

ROSA, M. C. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 73-84.

ROSENFELD, A. O fenômeno teatral. In: _____. *Texto/Contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 19-41.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 34a ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHULTZ, H. Vocabulário dos índios Umutina. In: *Journal de La Société des Américanistes*, N.S., 41:81-137. Acervo da Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, 1952. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/schultz_1952_vocabulario>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SEEGER, A. Novos horizontes na classificação de instrumentos musicais. In: RIBEIRO, B. G. (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 3 – Arte Índia, cap. 5, p. 173-188.

SEKI, L. A Lingüística indígena no brasil. *Delta*, vol. 15, n.º especial, 1999.

_____. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século xxi, *Revista Impulso*, v. 1, nº 27, Piracicaba, 2000. p. 233-256.

SILVA, B. R. A. da. Territórios índios na música brasileira. *Encontro Internacional Mahis*, 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hF6toCwpUQMJ:www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos_completos/52-1378-30082012-213624.docx+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 de Setembro de 2014.

SILVA, D. *Estudo lexicográfico da língua Terena: proposta de um dicionário bilíngüe Terena-Português*. Araraquara: Unesp (Tese de doutorado), 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Ffacervodigital.unesp.br%2Fhandle%2Funesp%2F168135%3Flocale%3Dpt_BR&ei=wq3YVI4GYzfsATbkYGQAQ&usg=AFQjCNGBSrP>

elXVvb3tSQNK6Y5S_DUp0JQ&sig2=p8NjA0-PfBruUomIw0A0-w>. Acesso em: 18 dez. 2014.

SILVA, M. C. P. da. Lexicografia bilíngüe: uma verificação dos substantivos mais freqüentes em dicionários bilíngües francês-português e português-francês. In: LONGO, B. N. de O. & SILVA, B. C. da. (org.) *A construção de dicionários e de bases de conhecimento lexical*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

SILVA, C. & SILVA, E. *A língua dos Yuhupdeh – Introdução Etnolinguística, Dicionário Yuhupdeh-Português e Glossário Semântico Gramatical*. São Gabriel da Cachoeira: Biblioteca Central da UFV, Viçosa, Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fresearch.jcu.edu.au%2F%2Flc%2Flanguage-archives%2Fsouth-america-languages%2Fyuhup%2Fa-lingua-dos-yuhupdeh-introducao-etnolinguistica-dicionario-yuhup-portugues-e-glossario-semantico-gramatical%2Fview&ei=j6rYVKGHGa_ksASa0IGwDQ&usg=AFQjCNET1bUQKvwoYgK TpQkYjtUXkGPoSw&sig2=jp0VyLAXj99VL3rAuxL3dA&bvm=bv.85464276,d.cWc>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.

VAL FLORIANA, Frei M. B. de. *Diccionarios Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang*. São Paulo: Revista do Museu Paulista, 1920. Versão digital. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/val_floriana_1920_diccionarios>. Acesso em: 14 out. 2014.

VILLALVA, A. & SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

VOIGT, J. K. Índios, mídia e questões de representação. *Revista Advérbio*, 2015, V.10, N. 20, p. 35-44.

XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R. & HUMBLÉ, P. R. M. (Orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. revista. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 106-248.

WIESEMANN, U. G. *Dicionário Kaingang-Português/Português-Kaingang*. Curitiba: Editora Esperança, 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublicns%2Fdictgram%2Fkgdict.pdf&ei=z6rYVOXdIY7isATilYHQDw&usg=AFQjCNGihkzTlt_qSue5ST2DdpxCisF4qg&sig2=h3pppMUtilMCehzCjqlIYQ&bvm=bv.85464276,d.cWc>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ZAVAGLIA, C. A homonímia no Português: Tratamento semântico segundo a estrutura *Qualia* de Pustejovsky com vistas a implementações computacionais. *Alfa*, São Paulo, 47 (2): 77-99, 2003.

BIBLIOGRAFIA

AIKHENVALD, A. *Dicionário Tariana-Português e Português-Tariana*. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CC4QFjAD&url=http%3A%2F%2Fpubman.mpg.de%2Fpubman%2Fitem%2Fescidoc%3A400419&ei=JKvYVKTNM66wsASE1oG4Dg&usg=AFQjCNGRAwQZs_GeCtIkAfNzQm3loY_iLQ&sig2=LUJGMcbiuH4KZtziH6mWGQ>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Dicionário preliminar da língua Warekena do Rio Xiê. In: AREIA, M. L. Rodrigues de; MIRANDA, Maria Arminda & HARTMANN, Tekla. *Memória da Amazônia*. Museu e laboratório antropológico Universidade de Coimbra, [1787?]. Disponível em: <https://espaces.edu.au/tla/languages-and-cultures-of-the-tropics-and-surrounding-areas/south-america/warekena-of-xie/dicionario-preliminar-da-lingua-warekena/at_download/file>. Acesso em 12 jan. 2015.

ALVES DA SILVA, M. M. A ciência da Terminologia: bases históricas e sua importância no século XXI. In: HWANG, A. D. & NADIN, O. L. (Orgs.). *Linguagens em interação III: Estudos do Léxico*. Maringá: Clichetec, 2010. p. 95-111.

ARAÚJO RIBEIRO, M. *Dicionário Djeoromitxi-Português*. Registro da diversidade lingüística do povo Jabuti. Guajará-Mirim (RO): Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.etnolingüística.org%2Flocal--files%2Ftese%3Aribeiro-2008a%2Fribeiro_2008a.pdf&ei=cqvYVLONtDhsASChoCwCg&usg=AFQjCNFHH6sRR50iqLVbUuATN7ZDOFXIyQ&sig2=nWY15C_1SujY0oZLQDOWDA>. Acesso em: 08 out. 2014.

ARAÚJO SAMPAIO, W. B. *Estudo comparativo sincrônico entre o Parintintin (Tenharim) e o Uru-eu-uau-uau (Amondava)*: contribuições para uma revisão na classificação das línguas tupi-ka waib. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1977. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000127556&go=x&code=x&unit=x>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA. Dicionário *Rikbaktsa-Português Português- Rikbaktsa*. Cuiabá: Associação Internacional de Lingüística - SIL Brasil, Edição Online, 2007. Disponível em: <<http://www-01.sil.org/americas/brasil/publcn/dictgram/RKDic.pdf>>. Acesso em 07 de Dezembro de 2014.

_____. *Dicionário Maxakali-Português Glossário Português-Maxakali*. Cuiabá: Associação Internacional de Lingüística - SIL Brasil, Edição Online, 2005. Disponível em: <<http://www-01.sil.org/americas/brasil/publcn/dictgram/MXDicPT.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

BAGNO, M. Dicionários, variação linguística & ensino. In: CARVALHO, O. L. de S. & BAGNO, M (Orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 119-140.

BARCELOS NETO, A. *Apapaatai: Rituais de Máscaras no Alto Xingu*. Série Antropologia 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008. 328 p.

BERTO, F. de F. Modelo de dicionário Bilíngüe Ka'apor-Português: uma proposta de análise metalexigráfica. In: FARGETTI, C. M. (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2012. p. 315-334.

CABRAL, A. S. A. C.; LOPES, J. D. & SOARES DE OLIVEIRA, S. C. (Orgs.). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. Volume 7, Número 1, Julho de 2015. 156 p.

CALDAS. R. B. C. *Uma proposta de dicionário para a língua Ka'apor*. Brasília: Instituto de Letras da UnB, 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Frepositorio.unb.br%2Fhandle%2F10482%2F8867%3Fmode%3Dfull&ei=o6vYVOr1OfeMsQSRlIHwDg&usg=AFQjCNHfX_4HdnellfE_-WgXjRqnigecnw&sig2=5KBll6LR7veNP-Zupw0Ifg>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CAMARGO, N. da S. Elaboração de um Dicionário Bilíngüe Tapajúna – Português. In: *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 37 (1): 73-82, jan.-abr. 2008.

CAMPOS, M. D. SULear x NORTEar: representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia. *Série documenta*, v. 6, n8, Rio de Janeiro: EICOS/Cátedra UNESCO, 1999.

CANTORAS JURUNA. *Fala de gente, fala de bicho - Abia ali ma'iyaha - cantigas de ninar do povo juruna*. Manaus: Ágata Tecnologia Digital Ltda, 2012 (Gravado em Setembro de 2011 na Aldeia Tubatuba – Parque Indígena Xingu, MT). Registro e Org. de Cristina Martins Fargetti. 1 cd (áudio, 46 min. 39 seg.), 49 faixas. Produzido por PONTO4 digital.

CANTORES Suyá. *Why the Suyá Sing*. Gravado no Mato Grosso originalmente em 1987. Digitalizado por Peter Reiniger no Smithsonian Institution Center of Folklife and Cultural Heritage. 1 disco sonoro, 23 faixas, 128 kbps, estéreo.

CARVALHO, M. A. de. *Introdução à práxis indígena: “Gente Humana” ou “Gente Natureza”*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CARVALHO, O. L. de S. & BAGNO, M (Orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CORBERA MORI, A. H. Estudos das línguas indígenas no Brasil. In: DEL RÉ, A. et al (Orgs.) *Estudos linguísticos contemporâneos: diferentes olhares*. Série Trilhas Linguísticas – 23, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 97-114.

CORRÊA-DA-SILVA, B. C. *Mawé/Aweti/Tupí-guaraní: relações linguísticas e implicações históricas*. Brasília: Unb (Tese de doutorado), 2010. Disponível em: <http://rbla.laliunb.com.br/cariboost_files/tese_correa_da_silva_2011.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

COSTA, E. Dicionário: fonte privilegiada da memória linguística de um povo. In: *XII Semana de Letras da Ufop*. Ufop - Mariana, MG, 2012.

DODANE, C. Prosodie et musicalité des langues: de la transcription musicale à la transcription de la prosodie. In: DEL RÉ, Alessandra et al (orgs.) *Estudos linguísticos contemporâneos: diferentes olhares*. Série Trilhas Linguísticas – 23, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 175-195.

DIETRICH, W. *Correspondências fonológicas e lexicais entre Karitiána (Arikém, Tupi) e Tupi-Guaraní*. In: Revista Brasileira de Linguística Antropológica | Vol. 1 , n. 2 | Dez. 2009. p. 25-48. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/8820/6626>>. Acesso em: 15 out. 2015.

DOOLEY, R. A. *Léxico Guarani, dialeto mbyá com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa lingüística*. Associação Linguística Internacional – SIL Brasil, Edição Online, 2013. Disponível em: <<http://www-01.sil.org/americas/BRASIL/publens/dictgram/GNDicInt.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

DURAN, M. S. Métodos na Pesquisa de uso de dicionários. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 37 (1): 31-45, jan.-abr. 2008.

EDELWEISS, F. G. O vocabulário português-brasilico. In: *Estudos tupis e tupi-guaranis: confrontos e revisões*. Livraria Brasileira Editora: Rio de Janeiro, 1969, p 112-122.

ESTRELA DA COSTA, A. C. Popxop: os cantos do macaco-espírito. In: *V ENABET - Encontro Nacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia*. Belém: UFPA, 2011. p. 71-80.

FARGETTI, C. M. 1992. *Análise fonológica da língua Juruna*. Dissertação (Mestrado), Campinas, SP, UNICAMP.

_____. 2007. *Estudo Fonológico e Morfossintático da Língua Juruna*. Muenchen, Alemanha: Lincom Europa, 320p.

_____. Cultura material indígena: questões lexicográficas. In: Ana Suely A C Cabral; Aryon D'Igna Rodrigues; Fábio Bonfim Duarte. (Org.). *Línguas e Culturas Tupi*. 1ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2010a, v. 2, p. 117-129.

_____. (Org.). *Kanemaĩ 'a'ahã dju'a papera. Livro do artesanato do povo Juruna (Yudjá)*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2010b. 120 p.

_____. Plantas entre los juruna: en busca de una metodología para el estudio del léxico. *LIAMES*, 12, 2012, p. 179-188.

_____. (Direção e produção). *Cantigas de ninar do povo juruna* (documentário). Gravado na aldeia Tubatuba - Parque Indígena Xingu, MT, 2012. PONTO4 Digital. 1DVD (117 min), son., color.

_____. Pesquisa de línguas indígenas – questões de método. In: DEL RÉ, Alessandra et al (Orgs.). *Estudos linguísticos contemporâneos: diferentes olhares*. Série Trilhas Linguísticas – 23, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

_____. Qual pode ser o alcance de uma metáfora? *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. Volume 7, Número 1, Julho de 2015. p. 101-111.

FARGETTI, C. M. & MARTINS, M. Makaxi Papera/ Livro do milho do povo Juruna/Yudjá. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012. 64 p.

FERREIRA, M. D. Um trabalho metalexigráfico em dois dicionários bilíngües. In: FARGETTI, C. M. (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2012. p. 335-352.

FERREIRA, T. B. *Terminologia em língua indígena: a construção do dicionário escolar Português-Mundurukú na área do Magistério*. Brasília: UnB (Dissertação de Mestrado), 2013. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14658/1/2013_TaniaBorgesFerreira.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

FERREIRA, V. R. S. *Estudo Lexical da Língua Matis: subsídios para um dicionário bilíngüe*. Campinas: Unicamp (Tese de doutorado), 2005. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.iel.unicamp.br%2Ffojs-234%2Findex.php%2Fsintheses%2Farticle%2Fview%2F181&ei=0qvYVOa2LJXGsQTwkIGgBg&usq=AFQjCNHmZ9m9dDHuuM8w71EDkm20-t8vCg&sig2=y_ZLb-uH4zsYKkNjrlIH8>. Acesso em: 18 dez. 2014.

FERREIRA NETTO, W. Lexicografia e documentação de línguas indígenas no Brasil. Estudos Linguísticos XXII. *Anais do Seminário do GEL*. v. 1. Ribeirão Preto, 1993.

FONSECA, D. J.; MAZZEU, J. C. & BONAVINA DA ROSA, E. *Os mitos gregos e africanos na educação de jovens e adultos: manual didático*. Araraquara: FCL – Unesp, 2015. 52 p.

GASPARINI, N. & MENDES, V. H. D. 2015. *Diccionario Siriono*. Trinidad, Bolívia. Disponível em:

<<http://www.sil.org/system/files/reapdata/58/58/60/58586004383299158981655194466509225994/19157.pdf>>. Acesso em 08 dez. 2015.

GAVA, A. A. *Plataforma Kuhi Pei: Proposta de um modelo de dicionário terminológico onomasiológico multilíngüe para crianças, Português-Arara, Kadiwéu, Karitiana, Parintintin, Xavante, Zoró*. São José do Rio Preto: Unesp (Tese de doutorado), 2012. Disponível em:

<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100117/gava_aa_dr_sjrp.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 out. 2015.

GONÇALVES DIAS, A. *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. 3ª série, nº 16, 4º trimestre de

1854. Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/dias_1854_vocabulario>. Acesso em: 16 nov. 2015.

HAM, P.; WALLER, H. & KOOPMAN, L. *Aspectos da língua Apinayé*. Cuiabá, Publicação da Sociedade Internacional de Linguística, Edição Online, 1979. Disponível em: <<http://pnglanguages.org/americas/brasil/publens/dictgram/AYAspect.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

HARRISON, C. & HARRISON, C. *Dicionário Guajajara-Português*. Anápolis: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2Fgjpdtic.pdf&ei=YqzYVJGBOMLHsQSlp4DYAw&usg=AFQjCNGQnXh4FPapPz6fLaUDmLw9_sESWQ&sig2=nW9Nss-IpFfe225TEbOMlg>. Acesso em: 11 dez. 2014.

HIRTZEL, V. Méthodes informatiques en mythologie comparative. In: *EHESS Séminaire externe*. Paris, 2012-2013. Disponível em: <<http://u-paris10.academia.edu/vincenthirtzel>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

INTÉRPRETES Kaapor. *KAAPOR Cantos e Pássaros não morrem*. Produção e direção de estúdio: José Eduardo Ribeiro de Paiva. Coord. do projeto, Registro de campo, Fotografias e versão francesa: Etienne Samain. Projeto gráfico: Berenice Henrique Vasco de Toledo Arte-final: Noboru Ohnuma e Ivan Avelar. Estúdio: Dimas Estúdio. 2004. 1 cd (19 faixas), remasterizado do LP duplo publicado pelo Instituto de Artes da Unicamp, 128 kbps, estéreo.

INTÉRPRETES Karajá. *Iny - Cantos da Tradição Karajá*. Gravado na aldeia Fontoura, às margens do Rio Araguaia, no Tocantins, 2004. 1 cd (19 faixas), 128 kbps, estéreo.

KOOP, G. & KOOP, L. *Dicionário Deni-Português*. Anápolis: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 2008. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2Fndict.pdf&ei=kKzYVLPOOPeMsQSRlIHwDg&usg=AFQjCNHBrFCBYK6DSyd4TcF-MIS-VqZxNg&sig2=52zHaPHbK4ZJhDslexwftw>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

KRIEGER, M. da G. Termos técnico-científicos em minidicionários: problemas de inclusão e definição. In: CARVALHO, O. L. de S. & BAGNO, M (Orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 73-86.

LA VERA, B. *Dicionário Parintintin-Português/Português-Parintintin*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 1981. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2FPNDict.pdf&ei=5azYVNLolJHLsAST9YFI&usg=AFQjCNG8zv33X1NAZ6NkIWLjbUKckUMKjw&sig2=yH4QoozCx45EQoMIh4zFgQ>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

LANDIN, D. *Dicionário e Léxico Karitiana/Português*. Cuiabá: Associação Internacional de Lingüística - SIL Brasil, Edição Online, 2005. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublcn%2Fdictgram%2FKTDic.pdf&ei=Ca3YVPLzGsKHsQS1-IGABA&usg=AFQjCNE0dEqBV1FRyq3ihf9eb8RBUIEyLQ&sig2=irq9BhFVGfz-hdc0GAK92g>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

LEITE, F. R. *A língua geral paulista e o “vocabulário elementar da língua geral brasílica*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000920777&go=x&code=x&unit=x>>. Acesso em: 15 out. 2015.

LIMA, P. L. de O. & CARIE, N. S. de. Narrativas Maxakali: possibilidades para o ensino de cultura e história indígena. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 03, p. 41-62, set. 2013.

LIMA RIBEIRO, R. M. de. *Dicionário Arikapu / Português - registro de uma língua indígena amazônica*. Guajará-Mirim (RO): Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCYQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.etnolingüística.org%2Flocal--files%2Ftese%3Aribeiro-2008%2Fribeiro_2008.pdf&ei=Ma3YVLRfJObfsATxzIGwDw&usg=AFQjCNGCj_-x2MCTsDNKyNmygnBon7tTQA&sig2=tcCDUU-sjB1q3YuaChJg9g>. Acesso em: 01 set. 2014.

LONGO, B. N. O. Características de dicionários para aprendizes de língua. *Estudos Lingüísticos (São Paulo)*, São Paulo, v. 31, 2002.

MARTINS, A. M. S. *Um estudo comparativo-lexical das famílias Kamakã e Purí*. In: Silvia Lucia Bigonjal Braggio; Sinval Martins de Sousa Filho. (Org.). *Línguas e Culturas Macro-Jê*. 1ed. Goiânia: Editora Vieira, 2009, v. 1, p. 231-238.

MASSINI-CAGLIARI, G. Interface Fonologia-Poesia-Música: Uma análise do ritmo lingüístico do Português Arcaico, a partir da notação musical das Cantigas de Santa Maria. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 37 (1): 9-20, jan.-abril. 2008.

OLIVEIRA, C. P. & FERREIRA, R. V. *Dicionário infantil bilíngue Terena – observações e apontamentos*. Entrepalavras, Fortaleza - ano 3, v.3, n. esp., p. 89-101, jan/jul 2013.

PAPPIANI, A. & LACERDA, M. P. (Org.). *Aihö’ ubuni wasu’u – O Lobo Guará e outras histórias do povo Xavante*. São Paulo: Ikorê, 2014.

PEREIRA, A. M. A riqueza Sociolingüística e Cultural dos Povos indígenas de Rondônia. In: *Anais do SIELP*. Volume 1, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 174-181.

PEREIRA DE TUGNY, R. & CAIXETA DE QUEIROS, R. *Músicas Africanas e Indígenas no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. v. 1. 359 p. 1º volume do cd (16 faixas) com intérpretes variados, 128 kbps, estéreo.

POSTIGO, A. V. *Língua Wauja (Arawak): uma descrição fonológica e morfossintática*. Araraquara: Unesp (Tese de doutorado), 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121830/000805819.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PRIOSTE, C.D. *O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. *Fundamentos epistemológicos da Psicanálise; Apropriações da Psicanálise na educação brasileira; A lei e o laço social; Aspectos culturais e sua influência na constituição subjetiva e a aprendizagem; Principais conceitos psicanalíticos*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-jul. 2015. Aula ministrada aos graduandos do turno diurno matriculados na disciplina “PDE7660D - Psicologia da Educação”.

RAMIREZ, H. *A Língua dos Hupd'äh do alto Rio Negro*: Dicionário e guia de conversação. Versão Online. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ramirez_2006_hupda>. Acesso em: 09 jan. 2015.

ROWAN, O. *Dicionário Paresí-Português*. Cuiabá: Associação Internacional de Lingüística - SIL Brasil, Edição Online, 2007. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2FPCDict.pdf&ei=oK3YVOT_JLOPsQTN4YH4CQ&usg=AFQjCNGEs16wx2T19wyodKyA5qSCJA6OTg&sig2=qujHu_35iJorxGcFe1oBZw>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SALZER, M. & CHAPMAN, S. *Dicionário bilíngüe nas línguas Paumari e Portuguesa*. Mouton de Grayter, Berlin, New York, 1991. Disponível em: <www-01.sil.org/americas/BRASIL/publens/dictgram/PMDIC.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SILVA, C. & SILVA, E. *A língua dos Yuhupdeh – Introdução Etnolinguística, Dicionário Yuhupdeh-Português e Glossário Semântico Gramatical*. São Gabriel da Cachoeira: Biblioteca Central da UFV, Viçosa, Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fresearch.jcu.edu.au%2Flerc%2Flanguage-archives%2Fsouth-america-languages%2Fyuhup%2Fa-lingua-dos-yuhupdeh-introducao-etnolinguistica-dicionario-yuhup-portugues-e-glossario-semantico-gramatical%2Fview&ei=j6rYVKGHGa_ksASa0IGwDQ&usg=AFQjCNET1bUQKvwoYgK TpQkYjtUXkGPoSw&sig2=jp0VyLAXj99VL3rAuxL3dA&bvm=bv.85464276,d.cWc>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SANTOS SOBRINHA, C. S. & MESQUITA FILHO, O. P. de. A variação linguística no ensino de língua materna: o que o professor deve fazer na sala de aula? *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*. Ano 4 - Edição 4. jun./ago.2011. p. 1-10.

SEEGER, A. *Why Suyá Sing*. A musical anthropology of an amazonian people. Music/Anthropology. 2 ed. University of Illinois Press, com CD, 2004.

SILVA, G. F. da. *Construindo um dicionário Parakanã-Português*. Belém: UFPA (Dissertação de Mestrado), 2003. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2FPKDic.pdf&ei=6K3YVJXiDIz8sAT83oKAAg&usg=AFQjCNG0I78UnEruQdtg9XQhfw3n0WnaNg&sig2=PjKaag-0cw7WMgnAM0rpHg>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SOARES, M. F. *Guia de Fontes e Bibliografia sobre Línguas Indígenas e produção associada*. Museu Nacional/UF RJ, Rio de Janeiro: 2010.

SOUZA, M. de F. L. de. *Dicionário da língua Wari'oromon-Português*. Guajará-Mirim: Centro de Estudos Linguísticos da Amazônia (dissertação de Mestrado), 2009. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Flivros01.livrosgratis.com.br%2Fcp094713.pdf&ei=B67YVKelO9KxsASmzYCADA&usg=AFQjCNGO8DevQbxZBuHk7SDu5DFuPOfmdA&sig2=9KFkxgKQ8E6JMccIygCPaw>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

TOBLER, A. W. *Dicionário crioulo Karipúna/Português-Português/Crioulo Karipúna*. Brasília: Publicação do Summer Institute of Linguistics, Edição Online, 1987. Disponível em: <<http://www-01.sil.org/americas/brasil/publens/dictgram/KADic.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

VALADARES, F. B. Gramática e escola: considerações sobre variação linguística e ensino de língua portuguesa. *Domínios de Linguagem*. Revista Eletrônica de Linguística. vol. 4, nº 2, 2º Sem. 2010. p. 32-47. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

VOGEL, A. *Dicionário Jarawara-Português*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, Edição Online, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww-01.sil.org%2Famericas%2Fbrasil%2Fpublens%2Fdictgram%2FJADictPT.pdf&ei=M67YVJjgAqrksASvmoHIAQ&usg=AFQjCNEo_tgYZsT9FRSfktFHapgcU5Ujnw&sig2=1PaoUMg_LPg80VbIT4bkgg>. Acesso em: 19 dez. 2014.

WELKER, H. A. *O uso de dicionários: panorama geral das pesquisas empíricas*. Brasília: Thesaurus, 2006. 490 p.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário para análise dos dicionários e anotações preliminares

- 1-) Qual o público alvo/objetivo/número de entradas dos dicionários?
- 2-) Eles apresentam uma introdução descrevendo a língua e/ou como foi desenvolvida a pesquisa? Nesses comentários, fazem uso de conceitos e explicam esses conceitos?
- 3-) Os autores definem a própria obra de alguma maneira?
- 4-) As abreviaturas empregadas são listadas? Elas envolvem conceitos linguísticos? Eles são explicados?
- 5-) Há algum tipo de posfácio/anexo/bibliografia?
- 6-) Discute-se se a língua indígena em questão já possui escrita ortográfica, se o “dicionarista” está propondo com o trabalho em questão uma ortografia para o povo indígena e/ou os processos históricos de mudança ortográfica?
- 7-) As obras são monografias, teses, dissertações ou apenas compilações?
- 8-) Macro e micro-estrutura: como os verbetes são apresentados? Registram-se lexias compostas ou complexas? Há indicações de neologismo, expressões idiomáticas, empregos metafóricos, transcrição fonética ou imagens/figuras? As formas presas aparecem como entradas, sub-entradas? Se sim, isso seria necessário, levando-se em consideração o público alvo? A ordenação é por área temática, por ordem alfabética, mista?
- 9-) Todos os campos das tabelas são preenchidos? Há abonações, observações do autor ou remissões, por exemplo?
- 10-) São Dicionário Língua-Português e Português-Língua ou só da língua-Português? Se sim, a ordem começada por Português traz a classe dos termos de acordo com o nosso idioma?

Apêndice B – Obras lexicográficas lidas e analisadas

Autor	Título	Ano de Publicação
KAKUMASU, J. Y. & KAKUMASU, K.	Dicionário por tópicos Kaapor-Português	2007
KOEHN, E. H. & KOEHN, S. S.	Vocabulário Básico Apalaí-Português/Dicionário da Língua Apalaí.	1995
MAGALHÃES, B. de.	Vocabulário da Língua dos Borôros-Coroados do Estado do Mato-Grosso	1919
SCHULTZ, H.	Vocabulário dos índios Umutina	1952
SILVA, C. & SILVA, E.	A língua dos Yuhupdeh – Introdução Etnolinguística, Dicionário Yuhupdeh-Português e Glossário Semântico Gramatical.	2012
SILVA, D.	Estudo lexicográfico da língua Terena: proposta de um dicionário bilíngüe Terena-Português	2013
WIESEMANN, U. G.	Dicionário Kaingang-Português/Português-Kaingang	2011
AIKHENVALD, A.	Dicionário Tariana-Português e Português-Tariana	2001
AIKHENVALD, A.	Dicionário preliminar da língua Warekena do Rio Xiê	[1787?]
ARAÚJO RIBEIRO, M.	Dicionário Djeoromitxi-Português	2008
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA	Dicionário Rikbaktsa-Português Português- Rikbaktsa.	2007
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA	Dicionário Maxakalí-Português Glossário Português-Maxakalí	2005
CALDAS, R. B. C.	Uma proposta de dicionário para a língua Ka'apór	2009
FERREIRA, V. R. S.	Estudo Lexical da Língua Matis: subsídios para um dicionário bilíngüe	2005
GONÇALVES DIAS, A.	Diccionario da Lingua Tupy chamada língua geral dos indígenas do Brazil	1858
GRIFFITHS, G.	Dicionário da língua Kadiwéu	2002
HALL, J. et al.	Pequeno dicionário Xavante-Português/Português-Xavante	2004
HARRISON, C. & HARRISON, C.	Dicionário Guajajara-Português	2013
KOOP, G. & KOOP, L.	Dicionário Deni-Português	2008
KROEKER, M.	Dicionário Escolar Bilíngüe Nambikuara-Português/Português-Nambikuara	[s/ data]
LA VERA, B.	Dicionário Parintintin-	1981

	Português/Português-Parintintin	
LANDIN, D.	Dicionário e Léxico Karitiana/Português	2005
LIMA RIBEIRO, R. M. de.	Dicionário Arikapu / Português - registro de uma língua indígena amazônica	2008
OLSON, R.	Dicionário por tópicos nas línguas Oiampi (Wajapî)-Português	1978
RAMIREZ, H.	A Língua dos Hupd'äh do alto Rio Negro: Dicionário e guia de conversação.	2006
ROWAN, O.	Dicionário Paresí-Português	2007
SALZER, M. & CHAPMAN, S.	Dicionário bilíngüe nas línguas Paumarí e Portuguesa	1991
SILVA, G. F. da.	Construindo um dicionário Parakanã- Português	2003
SOUZA, M. de F. L. de.	Dicionário da língua Wari'oromon- Português	2009
VAL FLORIANA, Frei M. B. de.	Diccionarios Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang	1920
VOGEL, A.	Dicionário Jarawara-Português	2006
TOBLER, A. W.	Dicionário Crioulo Karipúna/Português- Português/Crioulo Karipúna	1987

Apêndice C - Exemplo de recorte de verbetes referentes à música

Tabela 1: Coleta de Dados do dicionário Kaingang de WIESEMANN (2011)

DIREÇÃO	PORTUGUÊS	KAINGANG	CLASSE	ABONAÇÃO	TRADUÇÃO	OBSERVAÇÕES	PRINT	PÁGINA
I-P	tocar instrumento	kynkyn	verbo transitivo plural	Văkyr kar kynkyn há ti nĩ.	Ele sabe tocar todos os instrumentos de música.		Imagens\Kaingang\pág. 58 - 1.jpg	58
I-P	tocar instrumento	kyn	verbo transitivo singular	Ă mÿ gaita kyn tĩ?	Você toca gaita?		Imagens\Kaingang\pág. 58 - 2.jpg	58
I-P	som	kyr (1)	Substantivo dependente singular				Imagens\Kaingang\pág. 59 - 1.jpg	59
	canto	kyr (2)						
I-P	cantar hinos	mÿ jãn	Verbo semitransitivo	Ūri sóg, Topẽ hã mÿ jãn tĩ.	Agora eu só canto para Deus.		Imagens\Kaingang\pág. 63 - 1.jpg	63